
Plano de Desenvolvimento de Médio Prazo do Sector Agrário: 2018 - 2022



Abril 2017

Sumário Executivo

1 Introdução

2 Análise da situação actual

3 Estabelecimento da Política Orientadora do MINAGRI

4 Definição do Plano de Execução do Sector

5 Conclusão

☐ Sumário Executivo

☐ Introdução

- ▶ Estrutura do documento
- ▶ Metodologia de desenvolvimento do PDMPSA

☐ Análise da situação actual

- ▶ Analisar os factores externos que influenciam o desenvolvimento do sector agrário
- ▶ Avaliar o desempenho actual do sector agrário
- ▶ Examinar o desempenho actual do MINAGRI
- ▶ Compreender as Expectativas do Público de Interesse para o Sector Agrário
- ▶ Sintetizar os Desafios Críticos do Sector Agrário em Angola

☐ Estabelecimento da política orientadora do MINAGRI

- ▶ Clarificar a Missão do MINAGRI
- ▶ Clarificar a Visão do MINAGRI
- ▶ Enquadrar os Principais Objectivos que deverão ser alcançados nos próximos 5 anos
- ▶ Estabelecer a metas de desempenho do sector para o quinquénio

☐ Definição do plano de execução da estratégia do sector

- ▶ Levantar os Principais Programas de Acção a Implementar e Respectivas Políticas/ requeridas para a consecução dos programas
- ▶ Descrever o modelo de gestão que sustentará a execução do PDMPSA 2018 – 2022.

☐ Conclusão

1. Introdução

Estrutura do PDMPSA



Metodologia de Desenvolvimento do PDMPSA

A formulação do PDMPSA 2018-22, seguiu a metodologia abaixo, tendo contado com a ampla participação de vários intervenientes do sector agrícola.



* Stakeholders: São todas as partes interessadas nos resultados do sector. Exemplo, o Executivo, os Produtores, a População/Consumidores e a Sociedade em geral

Documentos Consultados para Elaboração do PDMPSA

Para além dos contributos recebidos dos workshops realizados, a elaboração do PDMPSA teve em consideração e incorporou, em secções diversas, as considerações de diversos documentos sobre o sector, elaborados pelo MINAGRI e ou por instituições externas, como abaixo indicado:

Documentos Internos

- 1 Sector Review
- 2 PDMPSA 2008 - 2012
- 3 PDMPSA 2013 - 2017
- 4 Alinhamento Estratégico ao PDMPSA 2018 - 2022
- 5 Diversos Relatórios de Campanha Agrícola
- 6 Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação
- 7 Documentos diversos de Planeamento

Documentos Externos

- 1 Angola 2025
- 2 PND 2013 - 2017
- 3 Quadro Metodológico de Planeamento
- 4 Estudo sobre o Crédito de Campanha
- 5 Livestock history in Angola
- 6 Senso Populacional
- 7 Relatório Económico da UCAN
- 8 Zoneamento Agroclimático em Angola
- 9 Relatório sobre o Estado do Ambiente

2. Análise da Situação Actual

2.1 Análise do Macro Ambiente

Enquadramento Político-Legal

Contexto Político

+ O Sector Agrário é uma prioridade na agenda do Governo

- Com a queda do preço do petróleo e a redução significativa das receitas fiscais petrolíferas, o governo está a incentivar a produção agrária e agroindustrial, com vista o aumento da contribuição do sector não petrolífero no PIB.
- Neste domínio, está a ser acelerada a implementação de políticas e programas existentes, constantes do PND 2013 – 2017, os quais visam o desenvolvimento do sector agrário (tal como aprovação recente da Lei das Florestas).
- Complementarmente, o Executivo está a reforçar a cooperação técnico no domínio agrário por via de acordos bilaterais com diversos países tais como os Estados Unidos, a Bielorrússia, Portugal, entre outros.
- Acresce à esta acção, a priorização de investimentos para a reabilitação e construção de infraestruturas agrárias.

- Sobreposição de atribuições e competências governamentais

- Verifica-se actualmente a existência de alguns programas ligados ao sector agrário, porém tutelados por outros Ministérios, como por exemplo o desenvolvimento rural. Esta situação resulta na sobreposição de estruturas e de acções, bem como na sub-otimização de recursos, dificultando a efectiva realização dos objectivos para os quais estes importantíssimos programas se propõem alcançar.

- Política de privatização ineficaz de empreendimentos agropecuários

- Tem-se constatado iniciativas do executivo no sentido de potenciar a produção agropecuária através de alguns projectos. Nota-se porém que a transferência dos referidos projectos da tutela pública para o sector privado nem sempre ocorreu de forma exitosa e para parceiros com competência técnica e financeira.

+ Programa de Desminagem e Reabilitação de Vias Primárias

- Com vista inverter o quadro que o país herdou do período de guerra, foi desenvolvido um extenso trabalho de desminagem nas diversas localidades do país. A redução de zonas minadas permitiu o desenvolvimento de outras áreas económicas e sociais do país, destacando-se a reabilitação de algumas vias primárias que ligam as capitais provinciais às sedes municipais, a livre circulação de pessoas e bens o que incrementou as trocas comerciais intra e inter províncias, a melhoria do comércio rural sobretudo nos municípios das capitais das provinciais.

- Falta de protecção física e social das famílias agrárias

- Os trabalhadores do sector agrícola não têm beneficiado de protecção social e segurança física dos produtores a nível das comunidades rurais. Verifica-se a ausência de autoridade e policiamento em algumas localidades, o que resulta em danos pessoais, roubos e perda de produção. A falta de protecção social coloca em risco a estabilidade dos agregados familiares.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

– Lei de Terra

Insegurança jurídica da propriedade fundiária

- Muitos dos agricultores no regime de exploração familiar enfrentam situação de insegurança de posse de terras, pois não detêm título de concessão/propriedade dos terrenos agrícolas que exploram, por razões diversas, tais como loteamento irregular das parcelas de terrenos, invasão e/ou ocupação ilícita das terras sem prévia autorização do governo, entre outras. Esta situação impede-os de acederem à linhas de crédito para adquirir insumos e equipamentos agrícolas, expandir a capacidade produtiva ou poder custear serviços de mecanização ou de irrigação.

Incumprimento da Lei de Terras

- Há um deficiente cumprimento do estabelecido pela Lei de Terras, com a “excepção” das comunidades rurais que se regem pelo Direito Costumey, resultando em diferendos ou conflitos. Por exemplo, não obstante a Lei estabelecer que os direitos fundiários adquiridos, transmitidos ou constituídos extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis interpolados, qualquer que seja o motivo, há pessoas individuais e colectivas que retêm extensas áreas de terrenos agrícolas sem qualquer aproveitamento, por períodos superiores aos acima referidos. No que se refere ao domínio útil consuetudinário, o diploma reconhece às famílias que integram as comunidades rurais a ocupação, posse e os direitos de uso e fruição dos terrenos rurais comunitários por elas ocupados e aproveitados de forma útil e efectiva, segundo o costume. No entanto, muitas destas terras estão a ser expropriadas.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

+ Existência da nova Lei Florestal

Cedência da superfície sob regime de concessão

- Foi aprovada recentemente a nova Lei Florestal a qual representa uma evolução a anterior lei do sector, pois oferece garantia de produção mais sustentável dos recursos florestais, segurança contratual e melhor controlo da exploração.
- Ao priorizar a cedência da superfície florestal sob o regime de concessão e não de licença, esta nova lei permite as empresas alargarem o direito de concessão até 20 anos, o que lhes confere mais segurança para investirem em processos e infra-estruturas de produção mais modernas e eficazes.

Requisito de Povoamento e Repovoamento

- A nova Lei tem associada várias exigências, entre as quais se destaca o requisito de repovoamento florestal nas áreas de produção o que representa um factor crucial para garantir-se uma produção sustentável dos recursos florestais.

Competência de atribuição de concessão, concentrada no MINAGRI

- O facto da competência de atribuição das concessões ser agora da responsabilidade exclusiva do Ministério da Agricultura, em articulação com os seus departamentos provinciais, elimina a proliferação de licenças e o deficiente controlo que se verificava no modelo anterior em que partilhava esta responsabilidade com os governos provinciais. Adicionalmente, a fixação de quotas por províncias, de acordo com o inventário florestal em curso, permite uma melhor gestão e preservação de determinadas espécies de árvores que por norma são preferidas pelas empresas em virtude do seu valor económico.

Possibilidade de Parcerias Públicas Privadas

- Por último a nova lei amplia a base de arrecadação do estado, além das taxas e emolumentos à exploração e exportação, conferindo ao estado a possibilidade de participação no capital social das empresas concessionadas.

Enquadramento Político-Legal

Quadro Legal

– Lei sobre produtos transgénicos ou geneticamente modificados

- O decreto n.º92/04 proíbe a introdução no território nacional de qualquer variedade de sementes e grãos transgénicos ou geneticamente modificados, excepto os destinados à «ajuda alimentar» observando escrupulosamente o preceituado na lei.
- Segundo o decreto n.º92/04, esta medida de prevenção deverá manter-se devido a ausência de legislação sobre a biotecnologia e a biossegurança e até ao estabelecimento de um Sistema Nacional de Biossegurança, capaz de controlar devidamente a importação, entrada, uso e a eventual produção de organismos geneticamente modificados no território nacional.
- Apesar da Lei proibir, igualmente, a importação de grãos/alimentos transgénicos ou geneticamente modificados, na prática, por insuficiências diversas (tais como fiscalização à origem, existência de laboratórios de controlo em Angola, certificação do tipo de produto), este controlo não tem sido materializado em pleno, colocando os produtos e produtores nacionais em desvantagem competitiva, face aos produtos transgénicos, que beneficiam de maior produtividade.

+ Lei de Águas e regulamento s/ utilização dos recursos hídricos

- A Lei de Águas, (Decreto N.º 06/02), define os princípios gerais para a gestão integrada das águas, a participação dos consumidores, a coordenação institucional e outras questões relevantes.
- A Lei de Águas estipulou que os sistemas de abastecimento de água urbanos devem operar na base da recuperação total dos custos, e as comunidades rurais devem recuperar os custos correntes de operação e manutenção, de forma a que os investimentos no abastecimento de água possam ser sustentados.
- A Lei define os princípios e a coordenação entre as instituições dos diferentes sectores e os beneficiários.
- A Lei de Águas define que a drenagem das águas residuais e das águas pluviais está sujeita a regulamentação diferente, estando esta contemplada no Regulamento de Utilização Geral dos Recursos Hídricos que define o quadro de gestão das bacias para o bem colectivo com vista proteger os interesses do país do ponto de vista económico, social e ambiental.

Fonte: (UNICEF, “Relatório sobre a situação do país – ANGOLA, 2008)

+ Nova lei de investimento privado mais favorável ao investidor

- A nova Lei de Investimento Privado angolana, aprovada pela Assembleia Nacional, concede mais incentivos ao investidor privado quanto maior for a participação accionista.
- A nova legislação contribui para a constituição, o reforço e a consolidação de uma classe empresarial nacional. A lei define um leque de sectores para os quais a participação mínima de parceiros angolanos de 35% do capital accionista, sendo que a autorização de investir fica condicionada ao cumprimento dessa exigência.
- O novo diploma legal introduz, para efeitos de transparência e precisão, uma tabela com critérios mensuráveis para a redução do imposto industrial, de cisão e sobre a aplicação de capitais desde os 5% de redução até à sua completa isenção, no extremo, para os projectos que consigam cumprir com todos os seus critérios num prazo máximo de dez anos.

Análise da Conjuntura Económica

— Desaceleração do crescimento PIB e Diversificação Económica

A taxa de crescimento do PIB real registou um decréscimo considerável nos últimos 3 anos, tendo atingido níveis de 3,0% em 2015 comparando com os 13,8% em 2008. Esta desaceleração económica está fundamentalmente relacionada com a queda do preço do petróleo nos mercados internacionais ocorrido em 2014 e exacerbada nos anos subsequentes, reduzindo consideravelmente as receitas orçamentais provenientes do petrolífero com reflexos consideráveis na formação do produto interno bruto do país. Não obstante os efeitos adversos à economia, esta conjuntura evidenciou a forte dependência da economia nacional às exportações petrolíferas, acelerando os esforços de diversificação da base económica do país. Neste contexto, o Executivo tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas que visam promover o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) não petrolífero, com forte destaque para o Sector Agrário.

— Redução das Reservas Internacionais Líquidas

As reservas internacionais líquidas tem evidenciado um movimento descendente desde 2014, igualmente, por conta do efeito da queda do preço do petróleo no mercado internacional. Em 2015, o stock de reservas internacionais atingiu um mínimo de 24.131 milhões de dólares, representando uma queda de 11% relativamente ao nível registado em 2014 e uma cobertura de importação de 8 meses.

Dada a forte dependência da economia nacional à importações de bens, equipamentos, matéria-primase e produtos diversos, a conjuntura cambial acima descrita gerou um elevado desequilíbrio entre a procura e a oferta causando uma escassez de divisas no país e, conseqüentemente, afectando o funcionamento dos diversos sectores da económica do país, incluindo o sector agrário.

— Desvalorização da Taxa de Câmbio do Kwanza face ao Dólar

A redução das disponibilidades de divisas tem pressionado fortemente a taxa de câmbio, dado o desequilíbrio entre a procura e a oferta. De forma a atenuar esta pressão existente no mercado cambial e assegurar a manutenção das reservas internacionais em níveis recomendados, o BNA, com recurso a taxa de câmbio como o principal instrumento de ajustamento, realizou ao longo do período compreendido entre 2014 e 2016 uma desvalorização contínua do Kwanza. Deste modo, a taxa de câmbio no mercado primário depreciou 31,2% do seu valor face ao dólar norte-americano em 2015. Dado a exiguidade de divisas, o mercado informal responsabilizou-se por atender a procura não satisfeita pelo mercado formal, provocando, igualmente, o aumento significativo da taxa de câmbio informal. Não obstante a transferência parcial à taxa de inflação, a desvalorização cambial tem diluído o poder aquisitivo dos agentes económicos assim como reduzidos os seus rendimentos na medida em que os preços de venda dos produtos não tem compensado os custos dos factores de produção, grande parte dos quais adquiridos no mercado internacional com recurso a divisas.

Análise da Conjuntura Económica

— Défice Orçamental

O défice fiscal tem-se acentuando desde 2014, tendo aumentado de 3104,2 milhões de dólares (2,4% do PIB) em 2014 para 4590 milhões de dólares em 2015 (4,5% do PIB). O resultado orçamental negativo deve-se essencialmente, a redução das receitas fiscais petrolíferas (na ordem 57,9% em 2015) advinda da queda do preço médio do barril de petróleo. Esta situação tem afectado a capacidade de geração de poupanças públicas suficientes para ser direccionado para os diversos sectores da economia

— Aumento das Taxas de Juro

Com intuito de restringir o nível de liquidez do sistema financeiro, o BNA tem agravado nos últimos anos as taxas de juro de referência (Taxa BNA, Taxa das facilidades de cedência de liquidez e Taxa de redesconto). O aumento das taxas de juro de referência, conjugado com os esforços de redução da liquidez do sistema bancário, provocaram, igualmente, o aumento das taxas de juros LUIBOR, transacionadas no mercado interbancário. Consequentemente, as taxas de juro de crédito em moeda nacional (MN) para empresas apresentaram uma tendência ascendente, sendo que alguns bancos chegam a praticar taxas correspondentes a LUIBOR + Taxa Inflação, as quais podem atingir níveis acima dos 30%.

— Redução da Liquidez do Sistema Bancário com Impacto no Crédito

O aumento das taxas de juro bem como a introdução pelo BNA de outras medidas de redução da liquidez do sistema bancário, nomeadamente, o aumento do coeficiente de reservas obrigatórias para 25% e obrigatoriedade de constituição de contas cativas por parte dos bancos comerciais, em moeda nacional junto do BNA, com saldo correspondente à necessidade de compra divisas, teve um severo impacto na capacidade de concessão de crédito às empresas. Além disso, grande parte do crédito concedido foi destinado ao sector de comércio, sendo que o sector agrário e das pescas têm um peso reduzido no total de crédito concedido ao sector empresarial.

Crédito Concedido à Alguns Sectores da Económica

Sector	Peso no Total de Crédito	Varição Anual 2014 – 2015
Comércio por grosso e a retalho	20%	20%
Indústrias transformadoras	9,2%	31%
Construção	11,7%	18,6%
Actividades imobiliárias	13,9%	14,7%
Agricultura e pescas	5%	23,9%

Análise da Conjuntura Económica

Comportamento da Inflação

Após se ter alcançado taxas dentro de um dígito em 2012, a taxa de inflação voltou a subir aos dois dígitos em 2015, cifrando-se em 14,27%. Diversos factores estiveram na base deste aumento, nomeadamente a queda do preço do petróleo, a forte deterioração do stock de Reservas Internacionais Líquidas e consequente desvalorização da moeda nacional, a redução dos subsídios aos preços dos combustíveis – com as correspondentes implicações sobre os custos de produção e sobre o poder de compra dos consumidores – a redução do ritmo de crescimento da economia, e a carência de bens e serviços, o que tem propiciado a especulação. Como resultado deste incremento, denota-se a redução do poder de compra dos operadores do Sector, acrescido a dificuldade de acesso às divisas para importação de factores de produção.



FONTE: CEIC, ficheiro *Inflação*, com base nos dados do IPC do INE.

Análise da Conjuntura Económica

Participação do Sector Agrário na Economia Nacional

VERBAS DO OGE (2008-2016)									
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Mil milhões de Kz	147,5	174,7	68,8	67,4	53,3	73,3	41,9	20,3	44,6
% OGE total	4,5	4,1	2,0	14,0	1,2	1,1	0,6	0,3	0,7

+ População Empregada por Sector Económico

Em Angola, a agricultura, pecuária e florestas tem um contributo importante na geração de emprego. Actualmente o sector agrário absorve cerca de 46% do total da população empregada nos diversos sectores da economia.

PANORAMA DO EMPREGO EM ANGOLA ENTRE 2002 E 2015								
Sectores de actividade	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2015
Agricultura, pecuária e florestas	2 231 434	2 369 037	2 510 897	2 621 107	2 621 107	2 913 360	2 932 763	2 959 269
Pescas	26 868	28 440	30 233	33 447	33 447	40 626	43 234	44 761
Petróleo e gás	14 223	14 996	15 394	64 559	64 559	92 241	92 241	92 241
Diamantes e outros	10 577	32 483	36 157	22 904	22 904	20 142	41 079	41 983
Indústria transformadora	56 255	53 745	56 017	59 419	59 419	72 976	80 135	100 810
Electricidade	2389	7871	8852	11 646	11 646	7079	103 737	153 801
Construção	169 722	216 104	271 086	320 191	320 191	410 661	424 197	427 941
Comércio	796 139	852 508	909 051	949 645	949 645	1 061 862	1 170 836	1 218 598
Transportes e armazenagem	68 329	72 641	76 886	81 377	81 377	96 359	157 715	228 174
Correios e telecomunicações	2476	3175	4339	4574	4574	12 167	0	0
Bancos e seguros	5072	5722	7074	14 138	14 138	23 357	0	0
Estado	326 709	346 856	367 626	420 832	420 832	431 610	438 137	438 137
Serviços imobiliários	334	320	356	424	424	562	0	0
Outros serviços	332 760	356 211	410 455	438 841	438 841	525 078	653 462	693 784
Angola	4 043 287	4 360 109	4 704 423	5 043 104	5 043 104	5 708 080	6 137 536	6 399 499

- Insuficiente Dotação Orçamental para o Sector Agrário

As verbas atribuídas pelo OGE ao sector agrário têm decrescido desde 2008, evidenciando a dificuldade que o sector enfrenta no sentido de implementar as políticas que suportam a intenção de desenvolvimento agrário do país (Criar Slide sobre a análise deste assunto)

- Baixa Produtividade do Trabalho agrícola

Porém a produtividade do trabalho agrícola está entre as mais baixas da economia Angolana, apontado para o baixo nível de competitividade deste sector.

VALOR MÉDIO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	
Sectores de actividade	P' média
Agricultura, pecuária e florestas	1132
Pescas	25 554
Petróleo e gás	647 301
Diamantes e outros	34 046
Indústria transformadora	45 095
Electricidade	47 519
Construção	17 597
Comércio	5469
Transportes e armazenagem	14 260
Estado	22 826
Total	13 520

FONTE: CEIC, ficheiro *Estudos sobre Produtividade e Emprego*, com base nas Contas Nacionais e documentos oficiais diversos.

Análise do Contexto Sócio-Cultural

+ Potencial de Recursos Humanos para o Sector Agrário

O país dispõe de uma população extremamente jovem. Considerando em simultâneo os grupos etários dos 0-14 anos de idade e dos 15-24 anos de idade, verifica-se que estes dois grupos representam, de 65% da população residente no país. O fosso entre jovens e idosos é enorme, onde apenas 2% da população tem 65 ou mais anos. Estes resultados sugerem que o país tem uma fonte elevada de mão-de-obra, que com políticas adequadas de formação e emprego constitui um recurso indispensável para o desenvolvimento dos diversos sectores da economia do país.

Quadro 7 - Estrutura etária da população por sexo, 2014

Estrutura etária	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	25 789 024	100	12 499 041	100	13 289 983	100
0-14 anos	12 196 496	47,3	6 051 650	48,4	6 144 846	46,2
15-24 anos	4 684 938	18,2	2 243 399	17,9	2 441 539	18,4
25-64 anos	8 295 160	32,2	3 938 886	31,5	4 356 274	32,8
65 ou mais anos	612 430	2,4	265 106	2,1	347 325	2,6

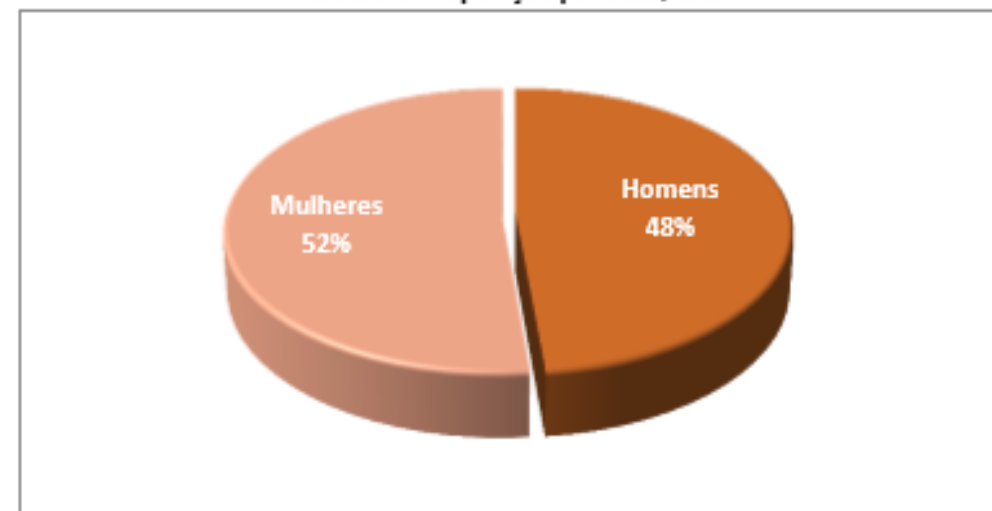
- Redução da população rural porém prevalência de população feminina

De acordo com os Resultados Definitivos do Censo 2014, a população em Angola, à data do momento censitário, 16 de Maio de 2014, era de 25 789 024 pessoas, dos quais 63% residem nas zonas urbanas e 37% nas zonas rurais. Tem-se verificado o êxodo das populações rurais para as áreas urbanas, o que afecta a disponibilidade de mão-de-obra para o exercício da actividade agrícola que ocorre no campo.

Quadro 5 - População por área de residência, segundo o sexo, 2014

País e área de residência	Total		Homens		Mulheres	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angola	25 789 024	100	12 499 041	100	13 289 983	100
Urbana	16 153 987	62,6	7 860 614	62,9	8 293 373	62,4
Rural	9 635 037	37,4	4 638 427	37,1	4 996 610	37,6

Gráfico 1 - População por sexo, 2014

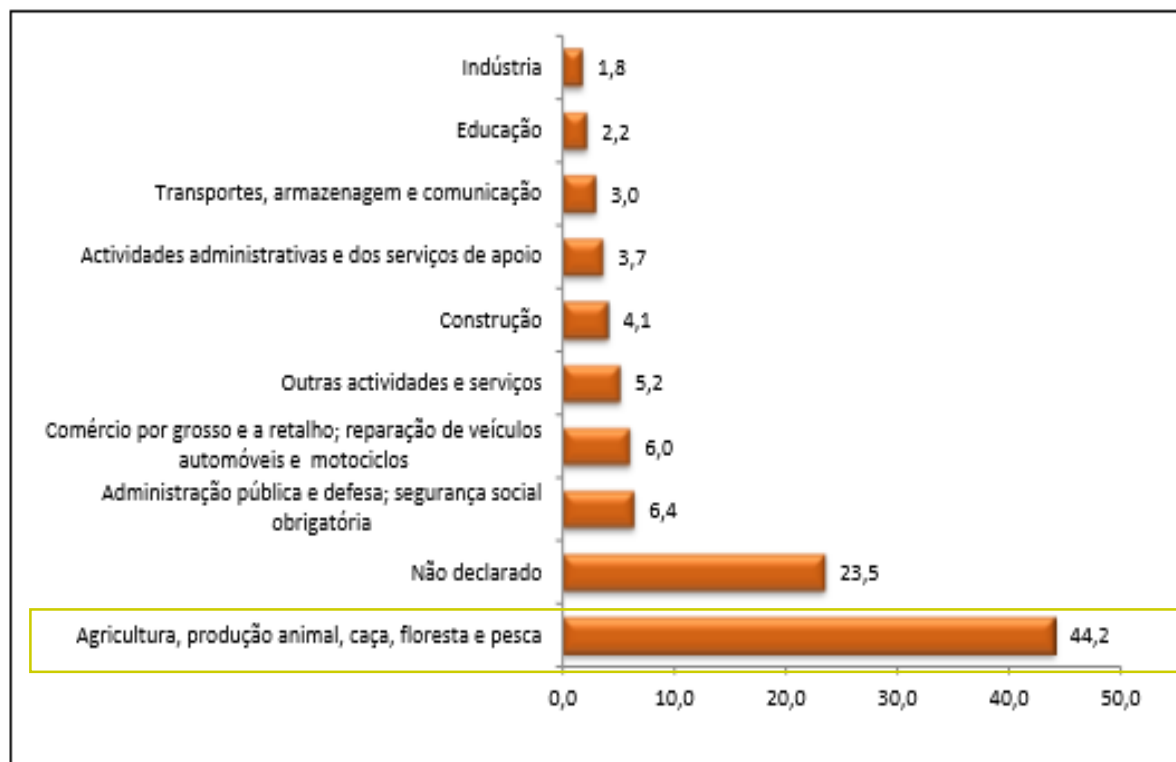


+ A maioria da população em Angola são mulheres, 13 289 983, correspondente a 52% do total, enquanto a população masculina é de 12 499 041, representando 48% do total da população. Esta distribuição por género é favorável ao sector, na medida em que as mulheres tem uma maior intervenção da exploração agrícola familiar.

Análise do Contexto Sócio-Cultural

+ Existência de Tradição Agrícola no País

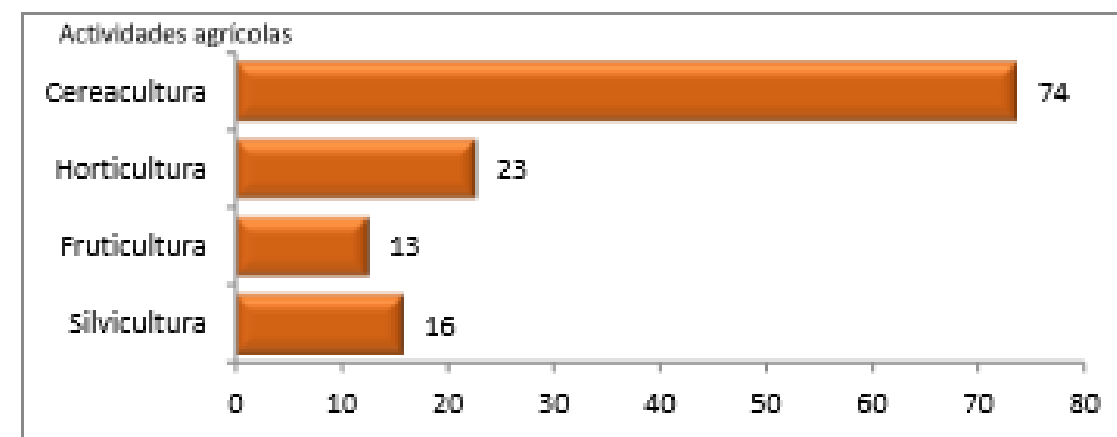
Conforme já anteriormente referido, parte significativa da população angolana, concretamente 44%, dedica-se a prática da actividade agrária. Estima-se que 2.570,003 famílias de pequenos produtores desempenham actividades ligadas ao campo, sendo que a grande maioria estão envolvidos na fileira dos Cereais. Não obstante os actuais índices de produção e produtividade do sector, os números abaixo apontam para a existência de uma base ampla de produtores que poderá ser utilizada para relançar o sector. De referir que grande parte da produção agrária do país é sustentada pelas famílias agricultoras.



Quadro 31 - Agregados familiares que praticam actividade agrícola, 2014

	Nº	%
Angola	2 570 003	46,3

Gráfico 40 - Actividades agrícolas praticadas pelos agregados, 2016



Análise do Contexto Sócio-Cultural

— Baixo nível de instrução da população nas zonas rurais e a nível das mulheres

A taxa de alfabetismo a nível nacional é de 66%, porém é mais baixa na área rural, na ordem dos 41%. De igual modo, a taxa de alfabetismo é mais baixa nas mulheres situando-se em 53%. Visto que são as mulheres que praticam a agricultura em maior número e sendo esta uma actividade que ocorre principalmente nas áreas rurais, **os resultados supra referidos criam desafios na capacitação técnica das famílias agricultoras e na adopção de novas tecnologias.**

País e área de residência	População com 15 ou mais anos	População que sabe ler e escrever	Taxa de alfabetismo
Angola	13 592 528	8 915 628	65,6
Urbana	8 706 580	8 908 680	79,4
Rural	4 885 947	2 006 945	41,1

Ocupação	Total		
	Total	Homens	Mulheres
Total	5 442 685	3 005 757	2 436 928
Profissões especificamente militares	61 777	58 629	3 148
Representantes dos poderes legislativo e executivo, dirigentes, directores e gestores executivos	103 215	83 063	20 152
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	294 217	181 754	112 463
Técnicos e profissionais de nível intermédio	197 835	138 718	59 117
Pessoal administrativo	50 187	29 633	20 554
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	671 036	305 508	365 528
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	2 344 724	1 040 149	1 304 575
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	280 744	267 586	13 158
Operadores de instalações de máquinas e trabalhadores da montagem	144 732	140 893	3 839
Trabalhadores não qualificados	259 635	81 040	178 595
Não declarado	1 034 583	678 784	355 799

Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Definitivos

Análise do Contexto Sócio-Cultural

+ - Dois terços da população empregada no sector agrário está concentrada em 7 províncias do país

Sete provinciais, nomeadamente, Uíge, Kwanza Sul, Malanje, Benguela, Huambo, Bié e Huíla são responsáveis pela maioria da população empregue no sector agrário, o que reflecte o peso destas provinciais na produção agrária do país.

Província e área de residência	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústria	Construção	Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas	Transportes, armazenagem e comunicação	Actividades administrativas e dos serviços de apoio	Administração pública e defesa; segurança social obrigatória	Educação	Outras actividades e serviços	Não declarado	Total
Angola	2 403 090	98 157	222 584	328 771	162 475	198 929	349 205	118 595	281 376	1 279 502	5 442 685
Cabinda	16 628	8 775	7 399	6 371	4 391	6 663	12 292	3 641	8 776	38 167	113 104
Zaire	76 389	4 417	7 545	7 678	4 184	6 390	9 107	3 776	4 298	17 146	140 931
Uíge	203 542	3 050	7 688	11 186	4 781	3 828	22 890	6 614	5 515	40 224	309 317
Luanda	40 198	47 365	91 788	135 487	81 653	113 034	121 165	33 836	155 621	573 044	1 393 190
Cuanza Norte	62 958	1 517	4 681	2 495	1 813	2 380	11 167	2 383	2 859	14 522	106 776
Cuanza Sul	359 409	4 163	11 797	18 314	7 899	7 781	14 579	7 351	10 262	73 539	515 093
Malanje	164 620	2 109	7 635	7 548	3 542	3 736	12 218	4 766	6 794	35 640	248 608
Lunda Norte	71 400	3 713	2 436	6 497	1 967	2 174	7 215	1 208	4 287	35 177	136 075
Benguela	274 164	7 372	21 966	49 262	19 327	16 382	26 594	16 428	26 337	115 192	573 024
Huambo	262 451	3 446	14 049	22 887	9 635	7 793	20 143	8 014	13 261	73 526	435 205
Bié	204 907	1 344	7 716	11 130	3 308	2 778	10 949	5 422	5 552	47 922	301 030
Moxico	74 492	714	2 914	2 931	1 209	1 466	10 564	1 887	2 805	18 632	117 415
Quando Cubango	58 622	893	3 920	2 630	1 069	1 783	12 335	2 801	3 294	16 071	103 417
Namibe	35 974	1 603	5 744	9 995	3 614	5 467	11 494	4 386	6 917	27 469	112 660
Huíla	348 231	3 849	13 994	24 444	8 303	9 030	22 571	8 992	14 847	89 576	543 838
Cunene	97 536	789	5 074	3 807	2 130	3 376	9 837	3 832	4 677	22 570	153 626
Lunda Sul	17 484	1 524	2 295	3 210	1 679	1 921	7 057	1 602	2 676	22 104	61 552
Bengo	34 086	1 514	3 944	2 897	1 972	2 947	7 029	1 657	2 797	18 981	77 823

Fonte: INE, Censo - 2014

Análise do Contexto Sócio-Cultural

Outros elementos do contexto sócio económico a ter em consideração

Incremento da Livre Circulação de Bens e Pessoas

O clima de paz que se instaurou no país após o fim da guerra, acrescido do trabalho de desminagem e construção de vias primárias de circulação e reabilitação dos caminhos-de-ferro, permitiu a livre circulação de pessoas e bens, o que está a fomentar o aumento das trocas comerciais entre as pessoas e províncias.

Nutrição e Fome em Angola

Estima-se que mais de metade da população angolana esteja mal nutrida, havendo 22% de crianças menores que 5 anos em situação de subnutrição crónica severa e 45% em situação de subnutrição crónica moderada. Nos agregados extremamente pobres o consumo diário de calorias é inferior a um terço do recomendado. Nos centros urbanos, as famílias utilizam 75% da despesa para fins alimentares. Mesmo assim, estima-se que apenas 25% das famílias urbanas consuma diariamente a quantidade de calorias recomendada. As famílias mais pobres centram a sua alimentação no consumo de fuba e de peixe.



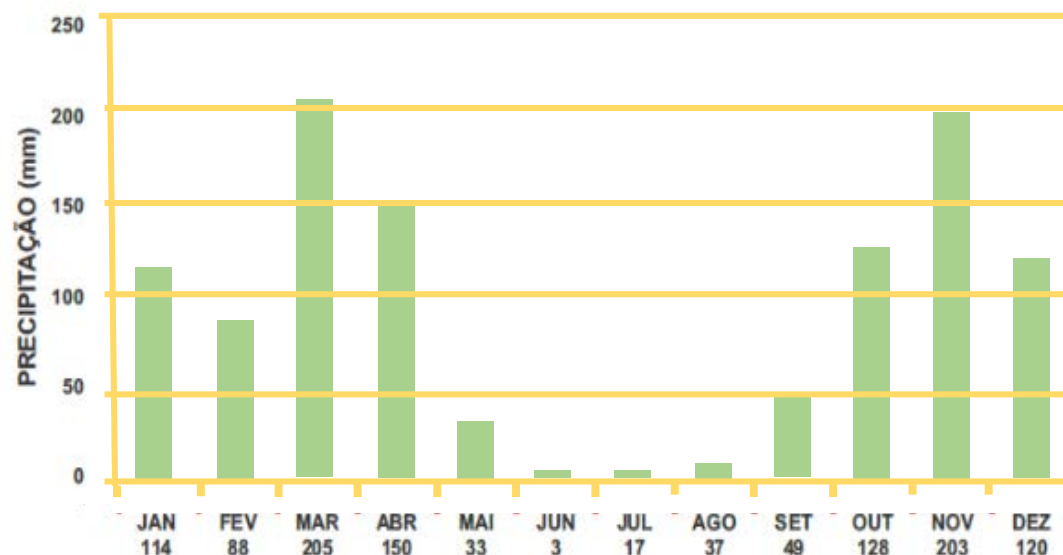
Índices de Pobreza e Desenvolvimento Humano em Angola

Ainda são elevados em Angola, sobretudo nas zonas rurais, onde também se verifica condições de saúde precárias e elevada prevalência de doenças oportunistas, tais como a malária, tripanossomiase e outras endemias.

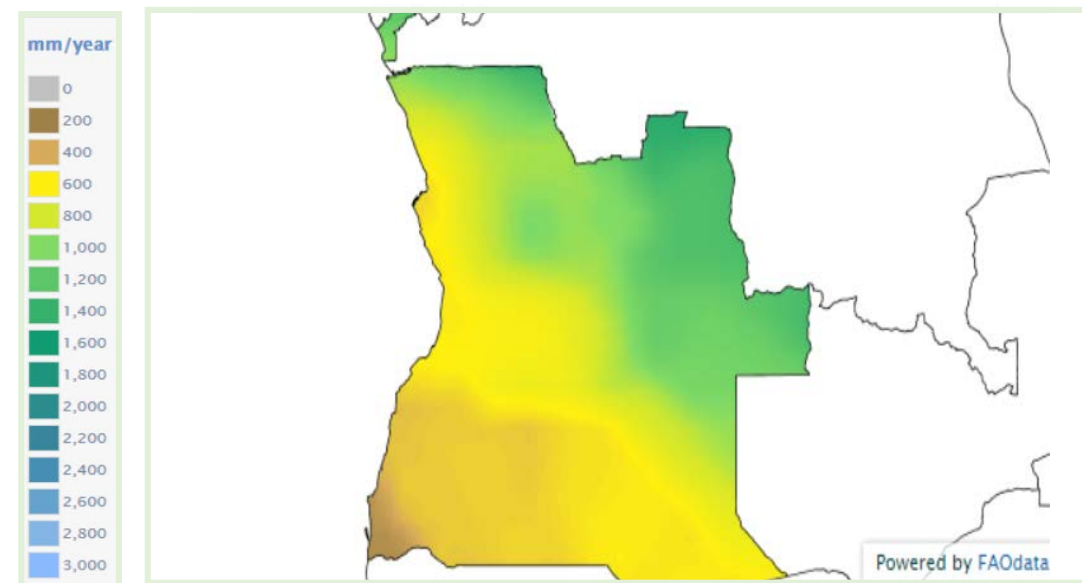
Análise dos Factores Ambientais

+ Boa precipitação ao longo de 9 meses do ano

Angola tem duas estações, nomeadamente a estação das chuvas e a estação seca ou do cacimbo. A estação das chuvas inicia-se em Setembro e prolonga-se até Maio, no entanto o período de chuvas mais acentuado é aquele compreendido entre Novembro a Abril. O mapa indica que o maior volume de chuvas ocorre no mês de Março.



A precipitação média anual em Angola é de 50mm. A precipitação é alta nos planaltos do norte e centrais (média de 1250 e 1750 milímetros). No entanto diminui rapidamente ao longo da planície costeira (média entre 250 e 1000 mm), no sul do país, ao sul de Benguela, a média da precipitação anual é inferior a 100 mm. A corrente de Benguela torna as regiões costeiras de Angola, áridas ou semi-áridas, a precipitação média anual ao longo da costa é de apenas 50 mm no Namibe.



Fonte: Global Agro-Ecological Zones Study – FAO, Land Water Development Division (AGL) em colaboração com o International Institute for Applied System Analysis (IIASA), 2000.

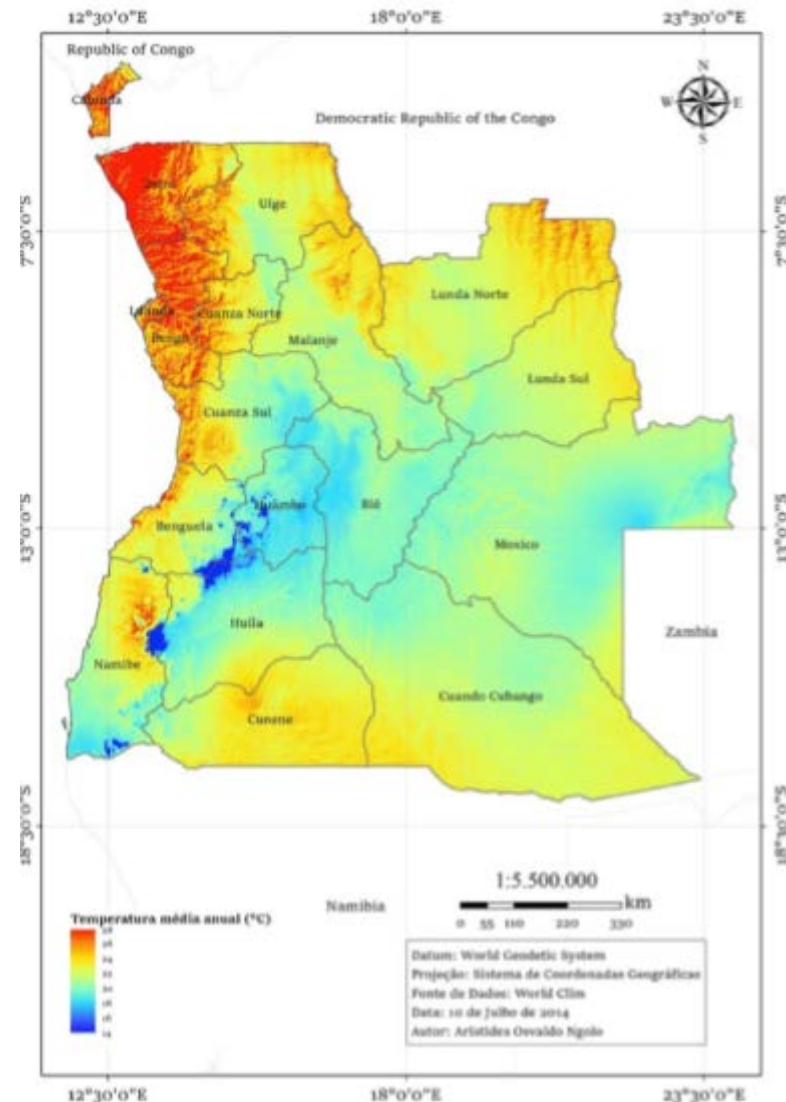
Análise dos Factores Ambientais

+ Temperatura média anual amena e com baixa variação

A temperatura média do país não varia muito ao longo do ano. A amplitude térmica em média é de 4 °C entre julho, o mês mais frio, e março, abril e setembro, que são os meses onde ocorrem os maiores valores médios da temperatura atmosférica.

As temperaturas médias anuais para Angola apresentam conformidade com a variação da altitude, sendo os menores valores de temperaturas encontrados nas regiões mais elevadas do país (acima de 1.000 m).

Em relação aos maiores valores de temperatura (acima de 24 °C), estes são encontrados nas regiões de baixas altitudes (abaixo de 400 m) próximo do litoral, na região Noroeste do país, sendo essa região influenciada tanto pelas baixas altitudes quanto pela maior proximidade da região equatorial, onde as temperaturas médias mensais são mais elevadas e variam menos ao longo do ano.



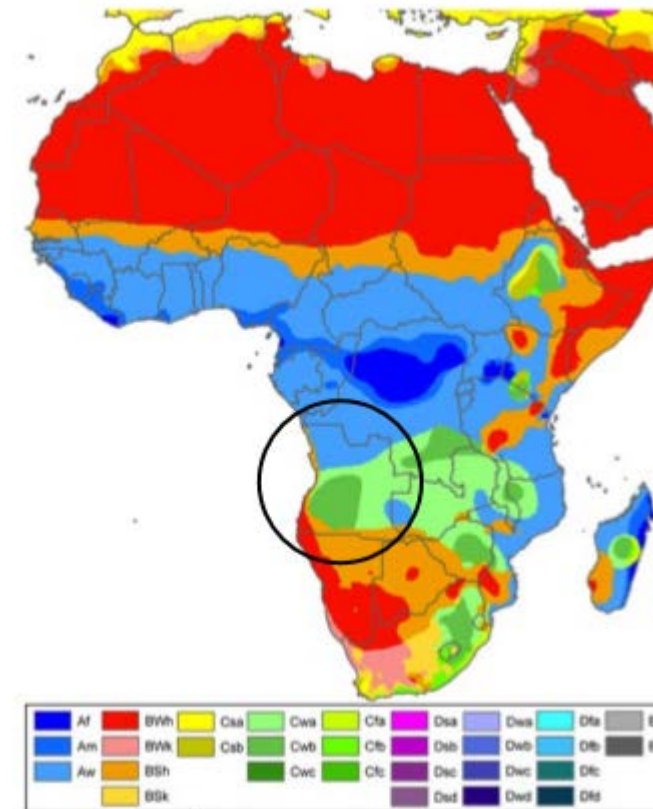
Principais tipos de clima para África segundo a classificação de Köppen destaque para Angola. Fonte: Ngolo, 2014 adaptado de PEEL et al. (2007).

Análise dos Factores Ambientais

+ Clima propício durante grande parte do ano para a prática da agricultura

Tendo em conta a localização geográfica, a topografia e as influências das correntes marítimas, predominam no país quatro tipos climáticos descritos a seguir:

- Tropical húmido, que ocorre principalmente no norte e nordeste do País, incluindo a província de Cabinda e a faixa litoral entre Benguela e Quelo, caracterizado por precipitações anuais superiores a 1.200 mm, sendo que a maioria desta ocorre entre setembro e maio, verificando-se um curto período de estiagem entre junho a agosto. Nesse tipo climático a temperatura média anual do ar é superior a 22 °C.
- Tropical semi-húmido, ocorre imediatamente ao sul do clima tropical húmido, localizado na zona central sul e leste do país, aproximadamente entre as localidades de Quibala (província Kwanza Sul) – Sacacama (província Moxico) – Luena (província do Moxico) – Lubango (província da Huila), com chuvas anuais variando entre 750 e 1.250 mm. Esse tipo climático, apresenta período muito seco entre junho a setembro, com médias térmicas anuais variando de 20 a 22 °C para o Leste e 18 a 20 °C na zona central, requerendo irrigação para a exploração agrícola.
- Tropical seco, ocorre ao longo do litoral desde o norte do município de Quelo até ao centro do município do Lobito. As precipitações anuais variam entre 500 e 700 mm, com máxima mensal em abril e mínima em maio, sendo o período seco de maio a setembro. Esta zona é considerada semiárida e requer irrigação complementar para à exploração agrícola. A temperatura média anual varia entre 24 e 26 °C, diminuindo até 20 °C em direção ao sul nas províncias de Cunene e Kuando – Kubango.
- Tropical desértico, esse tipo climático localiza-se na região litoral sudoeste do país entre o norte do município de Lobito e sul do município do Tombua. Esta faixa é mais larga para sul e apresenta precipitação média anual inferior a 250 mm, com máxima no mês de março, à altura de Benguela, e um período seco entre maio a setembro. A temperatura média anual varia de 20 a 22 °C. O extremo sul é ainda mais seco com precipitações médias anuais inferiores a 100 mm entre janeiro a abril e longo período seco entre maio a dezembro. As temperaturas médias anuais variam entre 18 e 20 °C.



Principais tipos de clima para África segundo a classificação de Köppen destaque para Angola. Fonte: Ngolo, 2014 adaptado de PEEL et al. (2007).

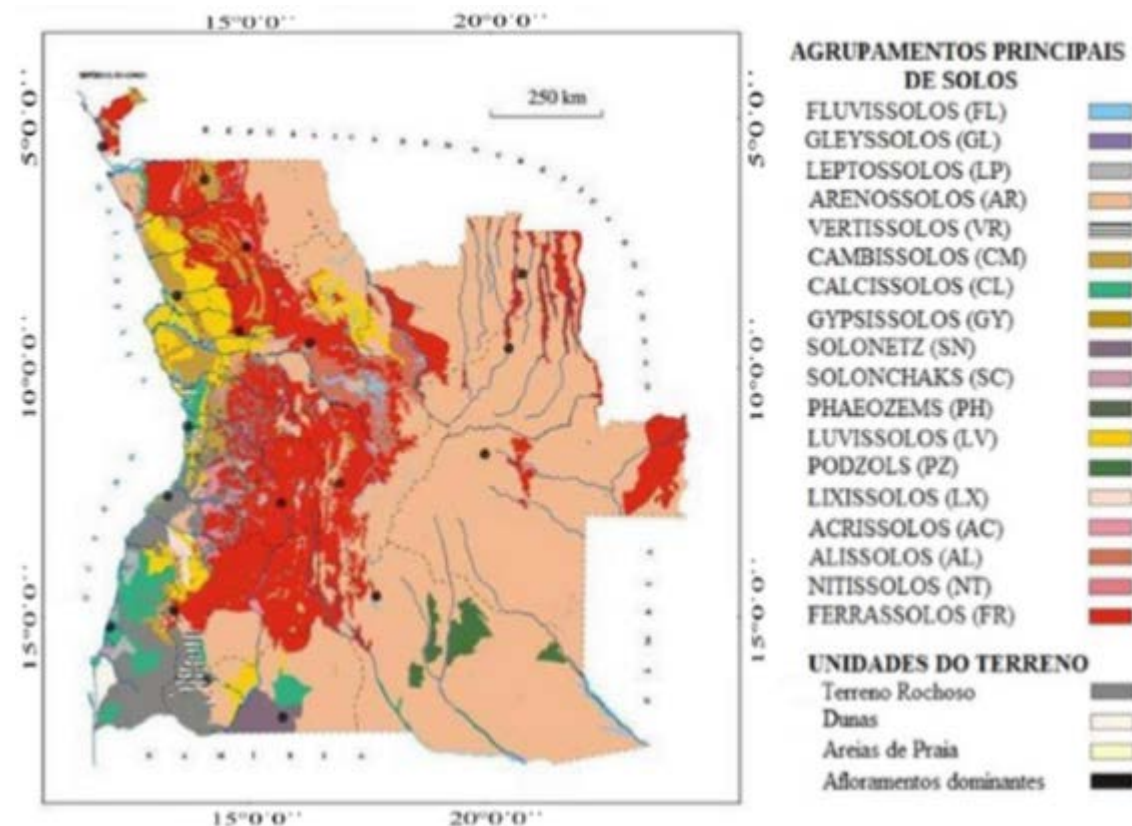
Análise dos Factores Ambientais

+ - Predominância dos Ferrassolos e Arenossolos no Território Nacional

Existem na superfície territorial angolana diversas tipologias de solo, porém, conforme indica o mapa abaixo, a maior cobertura é ocupada por dois tipos de solo, nomeadamente, Ferrassolos e Arenossolos.

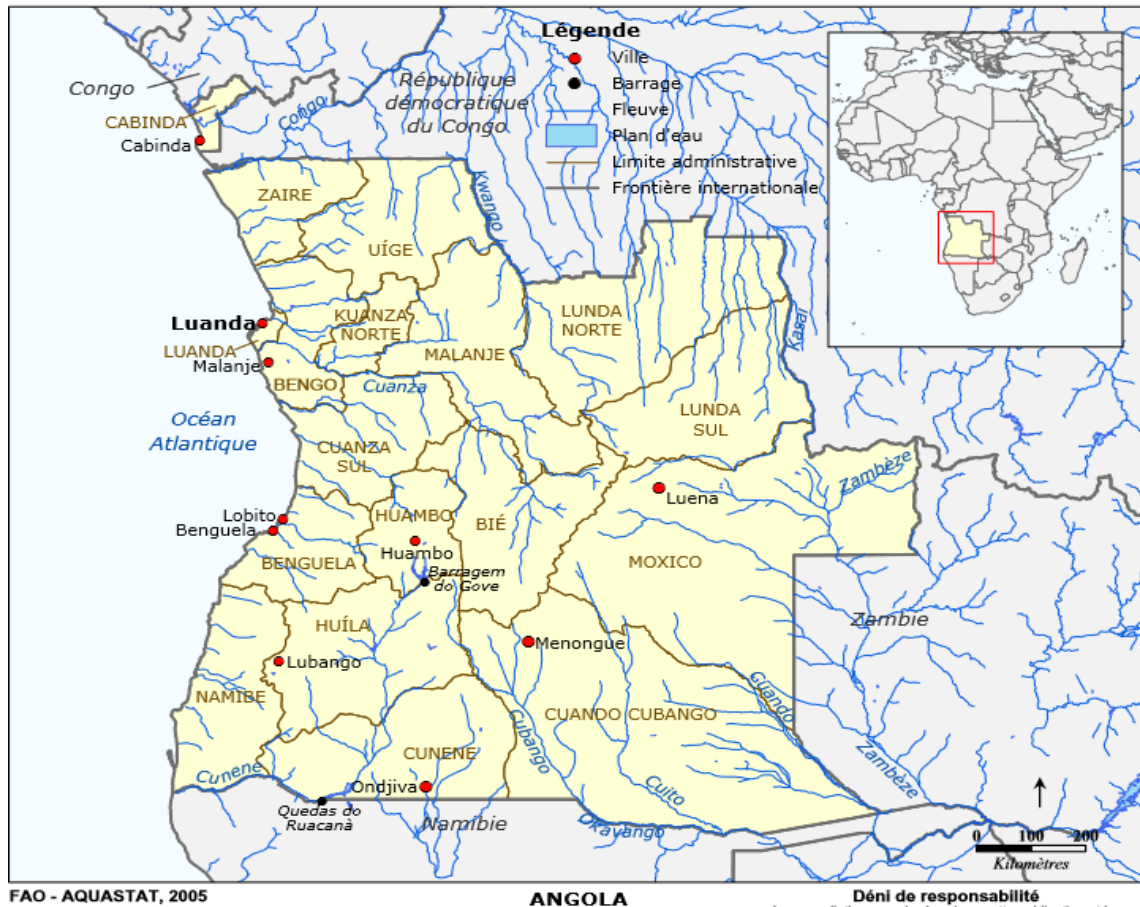
Os Ferrassolos, apresentam baixo pH (alto nível de acidez), boa drenagem e baixos conteúdos de nutrientes, porém têm propriedades físicas favoráveis para o cultivo, nomeadamente, grande profundidade, boa permeabilidade e microestrutura estável (menos suscetíveis à erosão), respondendo bem aos fertilizantes. Esses solos predominam nas regiões planálticas e subplanálticas do centro e norte de Angola, na faixa que vai desde o norte de Cabinda, em direção ao Lubango, e de Cassinga a Menongne (MINADER, 2004/ NGolo, 2014).

Os Arenossolos tem como principal característica física a textura arenosa o que resulta na sua alta permeabilidade e baixa capacidade de retenção de água e nutrientes, consubstanciando alguma limitação para a prática agrícola. Estes solos ocupam toda região Leste do país, representando quase metade do território angolano. (NGolo, 2014).



Unidades de mapeamento das principais classes de solos de Angola segundo a WRB. Fonte Ngolo, 2014, Adaptado de Sertoli (2009).

Análise dos Factores Ambientais



— Baixo aproveitamento dos elevados recursos hídricos disponíveis,

O território nacional é coberto por inúmeras bacias hidrográficas, caracterizadas por rios e respectivos afluentes que percorrem o país de norte a sul e de mar a leste conforme indica a imagem abaixo. Esta posição privilegiada de Angola, para a prática de actividades agrárias, tem sido pouco explorada na medida em que não se tem construído infra-estruturas para canalizar as águas dos rios às zonas onde ocorrem as actividades agrícola e pecuária, limitando-se o fornecimento às regiões nas margens destes cursos naturais de água

(Procurar melhor mapa, este mapa contém erros)

2.2 Análise do Sector

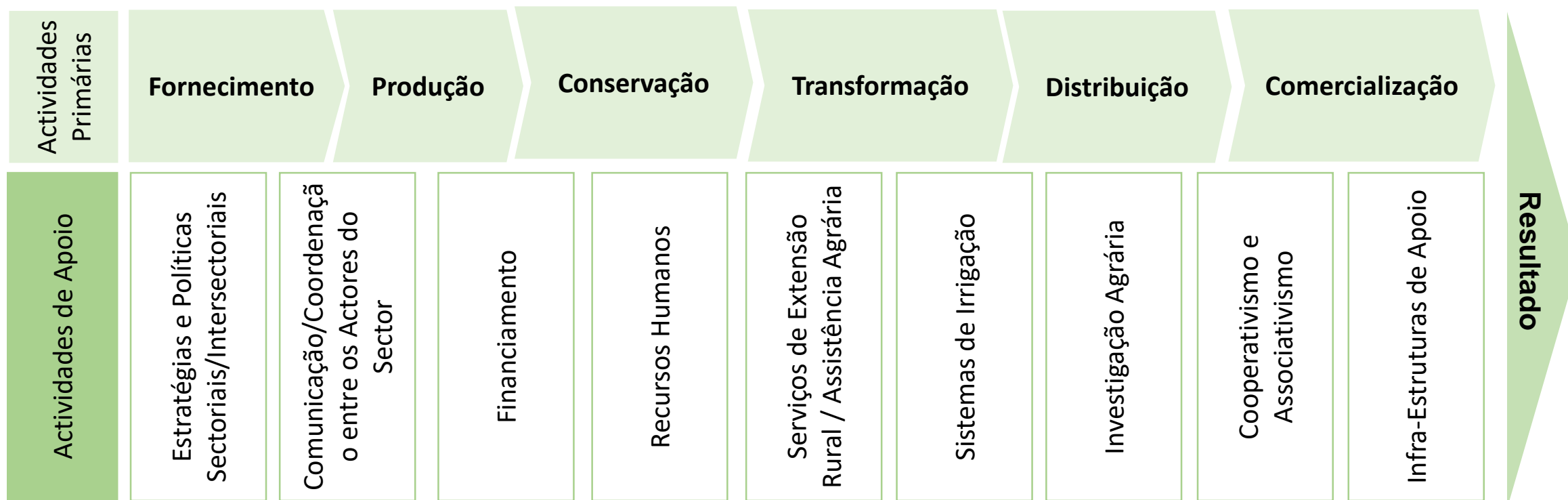
Análise da Situação Actual do Sector Agrário

A realização do pleno potencial do sector agrário nacional, como motor da segurança alimentar e promotor do desenvolvimento sócio-económico do país, depende, em grande medida, da eficiência e eficácia com que ocorrem as várias actividades dentro de cada um dos seus subsectores.

É fundamental que a actividade produtiva realizada nos subsectores Agrícola, Pecuário e Silvícola, seja complementada, a montante e a jusante, por outras actividades primárias, essenciais para a efectiva execução das operações agrárias, nomeadamente, o fornecimento de insumos, a conservação dos produtos, a transformação primária ou secundária destes, a distribuição e comercialização dos produtos agrários aos mercados consumidores.

Por sua vez, estas actividades primárias só funcionam se forem apoiadas por adequadas estratégias e políticas sectoriais/intersectoriais, recursos financeiros e humanos, Infra-estruturas de apoio e serviços de assistência eficazes, tais como extensão rural e investigação agrária.

Por conseguinte, recorrendo-se do conceito de cadeia de valor, analisa-se nesta secção, a situação actual do sector agrário, desagregada pelos subsectores agrícola, pecuário e florestal.



2.2.1 Análise do Sub Sector Agrícola

Análise do Subsector Agrícola

Disponibilidade de Terra

- ⊕ 47% da superfície de terra do país, cerca de **58.000.000 ha**, é próprio para o exercício da actividade agrícola. **Terra Disponível p/Agricultura** **58.000.000 ha**
- ⊖ No entanto, deste potencial, apenas 10% está a ser actualmente explorado, ou seja, 5.744.815 ha.
- ⊕ **A terra colhida representa 80% da semeada, evidenciado uma elevada eficiência no manuseio da terra**
- ⊖ Porém, 0,2% da superfície semeada está irrigada. O restante depende das condições climáticas do país.

Terra Disponível p/Agricultura	58.000.000 ha
Superfície semeada	5.744.815 ha
Superfície Colhida	4.600.576 ha
Terra Irrigada.	105.000 ha

Constatação

- ⊖ Défice de insumos agrícolas nomeadamente sementes (melhoradas e certificadas), fertilizantes e fitofármacos.
- ⊖ Défice de equipamentos diversos utilizados na produção agrícola: equipamentos para preparação do terras, plantio, cultivo, aplicação de defensivos, colheita, transporte/elevação/manuseio.
- ⊖ Actual modelo de abastecimento e distribuição de insumos e equipamentos agrícolas é ineficiente.
- ⊖ A aquisição de materiais e equipamentos tem sofrido pela falta de divisas.
- ⊖ Dificuldade de encaminhamento do material aos pequenos agricultores, em todas as províncias do país, após chegada aos portos de Luanda e Lobito.
- ⊖ Custos elevados dos factores de produção agrícola.

Causa

- Dificuldade de importação, face a escassez de divisas;
- Inexistência de fábricas locais para a produção de insumos.
- Dificuldade de acesso a crédito para aquisição de equipamentos.
- Parque nacional de máquinas agrícolas está obsoleto e sem assistência técnica
- Os materiais nem sempre são distribuídos aos beneficiários (famílias de agricultores) e alocados ao fim que são destinados.
- Actual situação económica do país.
- Falta de verbas orçamentais para custear o desembaraço aduaneiro e o transporte de mercadorias.
- Redução da oferta dos factores de produção devido aos constrangimentos a importação.
- Não aplicação do decreto n.º 8/2000 de 6 de Fevereiro p/ subvenção do preço do gasóleo

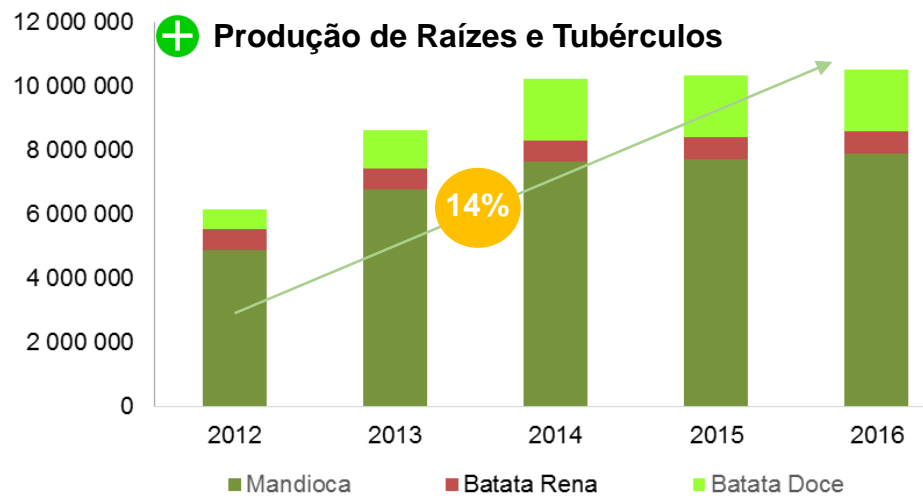
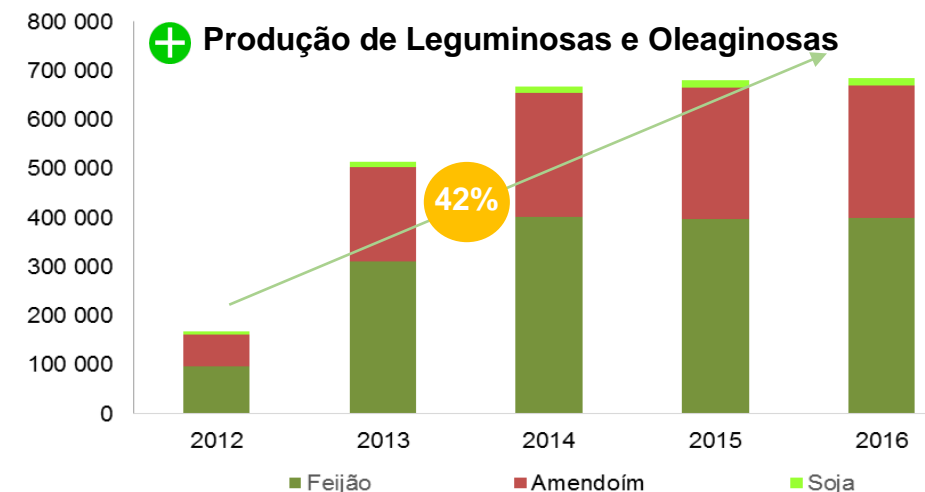
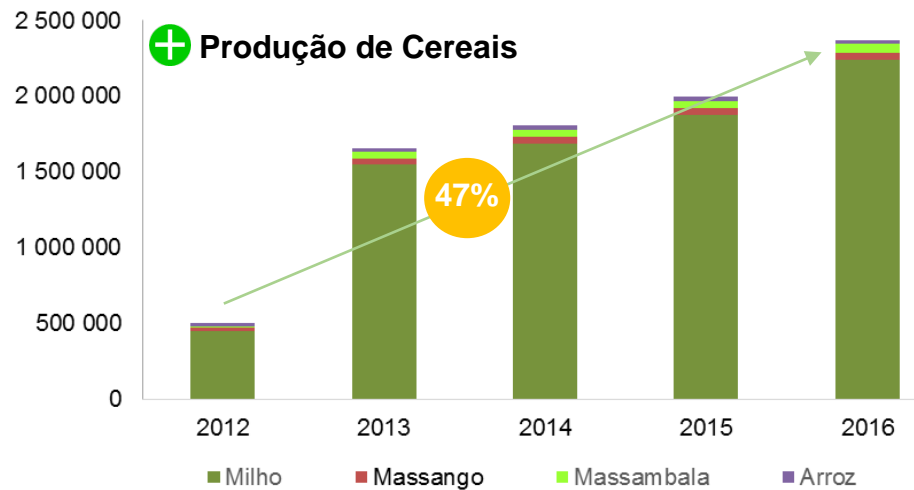
Efeito

- Afecta a capacidade produtiva
- Aumenta os custos de produção e dos produtos agropecuários.
- Impacto visível no baixo nível de mecanização do subsector agrícola
- Falta de eficiência produtiva.
- Imperfeições no mercado, tais como irregularidades nos preços dos produtos.
- Indisponibilidade de equipamento e/ou aumento do preço dos insumos.
- Distribuição extemporânea de insumos, ou seja, fora de época agrícola.
- Impacto na capacidade produtiva dos agricultores.
- Aumento dos respectivos custos de produção agrícola.

Fornecimento de Insumos

Análise do Subsector Agrícola

Produção e Produtividade Agrícola



Cereais

- A produção de cereais nos últimos 5 anos até 2016 aumentou de 503 mil toneladas para 2.367 milhões de toneladas em 2015, representando um crescimento cumulativo anual médio de 47%. O maior contributo resultou do crescimento de milho. A produção do arroz registou um fraco aumento de 3%. Os índices de produtividade dos cereais incrementaram, tanto em termos de quantidades produzidas por área de cultivo quanto a eficiência entre a área de cultivo e a área de colheita. Este crescimento e aumento de produtividade verificou-se quer para a EAF como para a EAE.

Raízes e Tubérculos

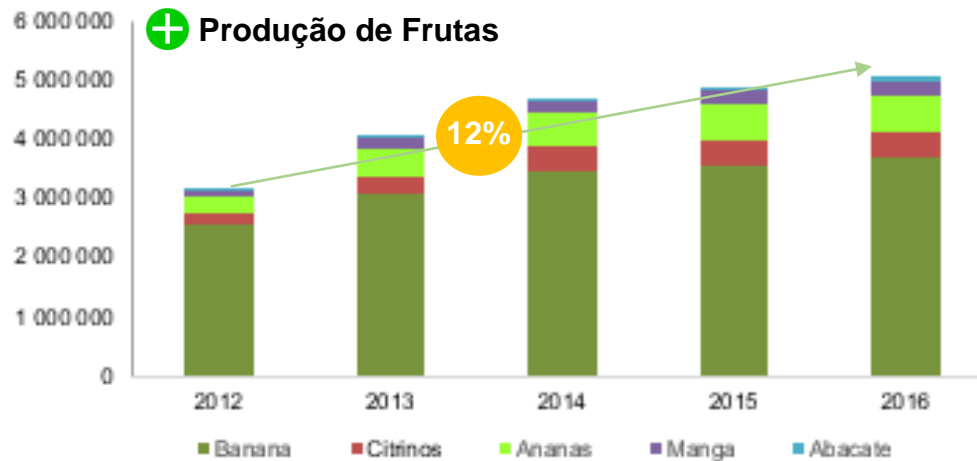
- De 2012 a 2016, a produção cresceu de 6.168 para 10.534 milhões de toneladas, representando um crescimento cumulativo anual médio de 14%. O maior contributo resultou do crescimento da batata-doce na ordem de 32%. A produção de mandioca e batata-rena registou um fraco aumento de 13% e 1% respectivamente. Em termos de produtividade, observa-se a partir dos últimos dois anos uma ligeira tendência decrescente com maior relevância para a cultura da batata-doce, tanto para a EAF como para a EAE.

Leguminosas e oleaginosas

- A Produção incrementou de 168.7 em 2012 para 685.5 mil toneladas em 2016, equivalente ao crescimento médio anual de 42%. Desde 2013 que não se tem registado ganhos substanciais de produtividade quer em termos de quantidades produzidas por área de cultivo como a nível da relação área de cultivo e área de colheita para qualquer umas das culturas de leguminosas.

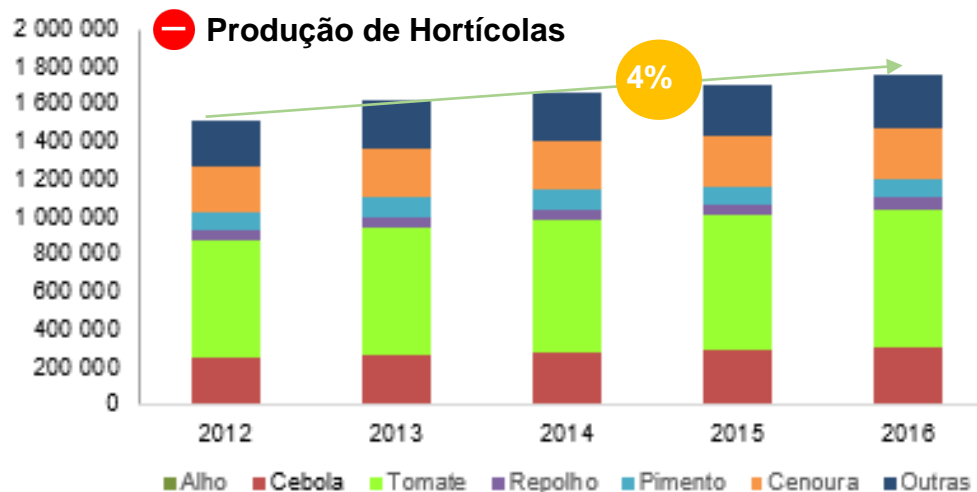
Análise do Subsector Agrícola

Produção e Produtividade Agrícola



Frutas

- De 2012 a 2016, a produção cresceu de 3.186 para 5.086 milhões de toneladas respectivamente, tendo o crescimento cumulativo médio anual sido de 12%. Apesar de registar um crescimento modesto de 10% ao longo do período em apreço, a banana é a fruta mais produzida em Angola, representando cerca de 75% da produção total. Em contrapartida, o abacate, com 27%, registou a maior taxa de crescimento, porém representa apenas 1% da produção total de fruta em Angola. O sector familiar contribuiu com cerca de 2/3 (dois terços) da produção total. Os índices de produtividade das frutas, nomeadamente, quantidades produzidas por área de cultivo e a área de cultivo versus a área de colheita, evoluíram positivamente até 2015, para os dois tipos de exploração agrícola, tendo reduzido ligeiramente em 2016.



Hortícolas

- Quanto as hortícolas, a produção variou de 1.514 para 1.621 milhões de toneladas no período compreendido entre 2012 à 2016, verificando-se nestes últimos cinco anos um crescimento médio anual na ordem dos 4%, muito abaixo do verificado para as restantes culturas. A exceção do alho que teve um crescimento de 9%, as restantes hortícolas, nomeadamente, cebola, tomate, repolho, pimento e cenoura, registaram taxas de crescimento inferiores a 5% ao longo do período em apreço. A estagnação registada decorre da estacionaridade e fraca produtividade das áreas de cultivo quer a nível da exploração agrícola familiar como em relação a exploração agrícola empresarial.

Análise do Subsector Agrícola

Conservação

- O sistema de conservação de produção agrícola no país ainda é precário.
- A capacidade de armazenamento em silos é deficitária, quando comparando a quantidade de produtos agrícolas produzidos no país com a capacidade agregada de armazenamento em silos. Este constrangimento resulta no armazenamento precários dos produtos, afectando a sua qualidade e conservação.
- A capacidade e cobertura da indústria de conservação de produtos agrícolas em frio é igualmente baixa dado o número insuficiente de unidades face à produção. Este défice afecta a capacidade de conservação dos produtos frescos tais como frutas e hortícolas, resultando em elevados índices de desperdício de produção.

— Cereais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A transformação de cereais para o fabrico de produtos diversos tais como o amido, fécula, farinha de trigo, bem como o descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz ainda é uma actividade industrial incipiente e/ou inexistente em Angola.
— Leguminosas e Oleaginosas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A utilização industrial de leguminosas e oleaginosas, principalmente, para a fabricação de óleos de cozinha (soja, amendoim, girassol e dendém) e leite (soja) é ainda uma actividade de pouca expressão em Angola. À excepção da produção artesanal de óleo de dendém, não há registo da produção de qualquer outro derivado de leguminosas e oleaginosas no país.
— Frutas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A indústria de preparação, conservação e processamento de frutas em Angola é igualmente incipiente. O país conta já com fábricas de sumo de frutas, no entanto, por recorrerem, normalmente, à polpa importada, estas fábricas fazem baixo recurso a fruta produzida no país. Não existem em Angola processos industriais de secagem e desidratação de frutos. Ademais, não se verifica, em escala industrial, a fabricação de doces, compotas e geleias de frutas. A actividade de descasque e transformação de frutos de cascas rija não está, igualmente, implantada no país.
— Hortícolas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De igual modo não existem no país, processos industriais de conservação e/ou processamento de produtos hortícolas tais como conservas em vinagre e/ou refrigeradas de hortícolas bem como a preparação de massa diversas de hortícolas (massa tomate, ketchup, massa de alho, etc).

Transformação / Processamento

Esta situação confronta os agricultores com problemas de garantia da qualidade e elevados desperdícios de produtos, particularmente em épocas de abundância, na medida em que ficam dependentes das condições naturais de conservação e de uma única forma de escoamento dos produtos.

Ademais, afecta a geração de renda por parte dos agricultores já que:

- A impossibilidade de aumentar a produção reduz o nível de geração de receitas do agricultor;
- A exposição a maiores custos de armazenamento e desperdício de produto afecta o rendimento do agricultor;
- A impossibilidade de participarem das fases subsequentes da cadeia produtiva, reduz a margem obtida na venda dos produtos.

Análise do Subsector Agrícola

Distribuição

- A estrutura da cadeia de distribuição é pouco desenvolvida. É notória a carência de diversos integrantes da cadeia de distribuição em todas as regiões do país, tais como entrepostos para conservação dos produtos e transportadores de dimensão regional e nacional para transportarem os produtos das áreas de produção ao consumidor final.
- O escoamento dos produtos do campo ao consumidor final também enfrenta constrangimentos de ordem estrutural.
 - A rede rodoviária do país é pouco extensa e não se apresenta em boas condições de conservação.
 - Apesar da rede ferroviária cobrir alguns corredores do país, os volumes de transporte de produtos agrícolas por esta via ainda é baixo, devido as elevadas tarifas praticadas, vagões com inadequadas estruturas de acondicionamento dos produtos, e dificuldade de transporte para tirar os produtos das estações ferroviárias para o interior das províncias.

Constatação

- Não existem mercados estruturados que permitam os agricultores escoarem os produtos, sem grandes constrangimentos de acessibilidade, próximo das suas regiões de produção. .
- Os constrangimentos de transporte e escoamento da produção ao consumidor final elevam os custos de colocação dos produtos locais no mercado nacional.
- Observa-se inúmeras dificuldades de colocação dos produtos nacionais nos estabelecimentos comerciais de maior relevo no país, em virtude de se apresentarem, por norma, com qualidade estética e/ou nutritiva inferior aos produtos importados.
- A inexistência de preços mínimos de referência dos produtos agrícolas reduz o poder negocial dos agricultores (principalmente os de natureza familiar) diante dos grossistas e retalhistas.
- Falta de políticas que protegem as culturas com elevada produção local.
- O baixo nível de produtividade impede o país de produzir quantidades suficientes de alimentos para satisfazer as necessidades de consumo doméstico e, simultaneamente, gerar excedentes de produção para exportação. .

Efeito

- Os agricultores são forçados a fazer recurso a mercados informais para escoarem a respectiva produção.
- Afecta a competitividade dos agricultores nacionais face aos importadores.
- Baixa penetração dos produtos nacionais nos supermercados, em contrapartida da manutenção ou aumento da importação.
- Afecta as respectivas margens mínimas de lucro.
- Dificulta a concorrência dos produtos nacionais face aos produtos importados.
- Angola ainda é um importador líquido de alimentos.

Comercialização

2.2.2 Análise do Sub Sector Pecuário

Análise do Subsector Pecuário

- +** As terras para pastagem representam actualmente 43.3 % da terra disponível para a prática agro-pecuária. A zona de pastos acres é a predominante e abrange as províncias do centro-sul de Angola.

Tipo de Pastos	Pastos Doces	Pastos Mistos	Pastos Acres
Cobertura Herbácea	Rara e de porte baixo	Mais densa e de porte mais elevado do que nos pastos doces.	
Composição Florística	Predomínio de gramíneas, sobretudo espécies de Aristida na orla litoral mais seca e capins do género Eragrostis, Chloris, Urochloa e Schmidtia mais para o interior.	Composição florística variada com predomínio das espécies de Panicum, Andropogon, Heteropogon, Digitaria, Tristachia, Themeda, Hyparrhenia, Chloris e Setaria	Vegetação gramínea no entanto no cacimbo predomina a vegetação arbustiva (invasão arbustiva)
Valor Forrageiro	O valor alimentício se mantém durante o período seco.	Elevado valor forrageiro que permanece ao longo do ano.	Enorme capacidade de apascentação durante o período chuvoso. No cacimbo o número de cabeças de gado nos pastos é limitado.
Grau de Palatabilidade	A palatabilidade dos pastos se mantém durante o período seco (Cacimbo) por isso os animais têm alimentação durante todo o ano.	Boas condições de palatabilidade que subsistem ao longo do ano	Os pastos perdem a palatabilidade durante o período do cacimbo e tornam-se lenhosos, de Maio até a nova rebentação (Out-Nov)
Correlação com a Distribuição das Zonas Climáticas.	Zona correspondente à faixa de clima árido e semi-árido. Regiões de baixa altitude, quentes e de pluviosidade inferior a 750 mm.	Zona correspondente à faixa territorial de climas secos, dos tipos semiárido e subhúmido seco, com uma estação pluviométrica bem definida, porém de quantidades escassas de precipitação e irregular distribuição de chuvas.	Esta zona está em correspondência com os climas húmidos da estação chuvosa e quente, alternando com outra seca e fresca. Zona planáltica, com mais de 1 000 m de altitude e com mais de 1 100 mm de chuva.
Extensão Territorial	Menor	Média	Maior

Disponibilidade de Terra de Pastagem

- Não obstante as províncias do centro-sul de Angola reunirem condições favoráveis para o exercício da pecuária (cobertura herbácea, composição florística, valor nutritivo, palatabilidade e clima), a produtividade da terra para pasto tem diminuído significativamente ao longo dos anos por várias razões:
- Os criadores tradicionais de gado, principalmente na fértil região central e sudoeste do país, reclamam pela tendência crescente de perda de terras de pastos a favor de agricultores comerciais.
 - A medida que o efectivo aumenta, criadores tradicionais de gado necessitam de mais terra para sustentar a maior quantidade de animais, porém a capacidade de carga fica reduzida devido ao facto da disponibilidade da terra estar a diminuir significativamente ao longo dos anos
 - A concentração intensiva de áreas de criação de gado nas terras (com bons pastos e disponibilidade de água) tem causado a degradação severa do solo nestas áreas, resultando, ao longo do tempo, no desenvolvimento de pastos menos adequados.
- Tem-se observado ao longo dos anos a continua deterioração dos pastos em Angola, por duas razões principais, nomeadamente, as queimadas descontroladas e pisoteio intensivo dos pastos pelo gado.

Análise do Subsector Pecuário

Fornecimento de Insumos

Constatação

- Défice de insumos pecuários designadamente para nutrição (volumosos, rações, suplementos, sementes de pastagens/forageiras), saúde (medicamentos e vacinas), sanidade (herbicidas, inseticidas, fungicidas) e reprodução (genética).
- Na região pecuária no Sul do país, cuja área total é superior a 200.000 quilómetros quadrados, a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento da actividade pecuária reside na falta de água.
- A pecuária extensiva que representa mais de 90% da produção em Angola, desenvolvida por inúmeras famílias fundamentalmente nas províncias do centro, sul e sudeste de Angola, por norma não faz recurso a equipamentos e infraestruturas que garantem a melhor gestão do processo de produção pecuária, nomeadamente, equipamentos para mecanização/automatização da nutrição animal sistemas de lactação/amamentação, sistemas de sanidade assim como equipamentos de recria e engorda.

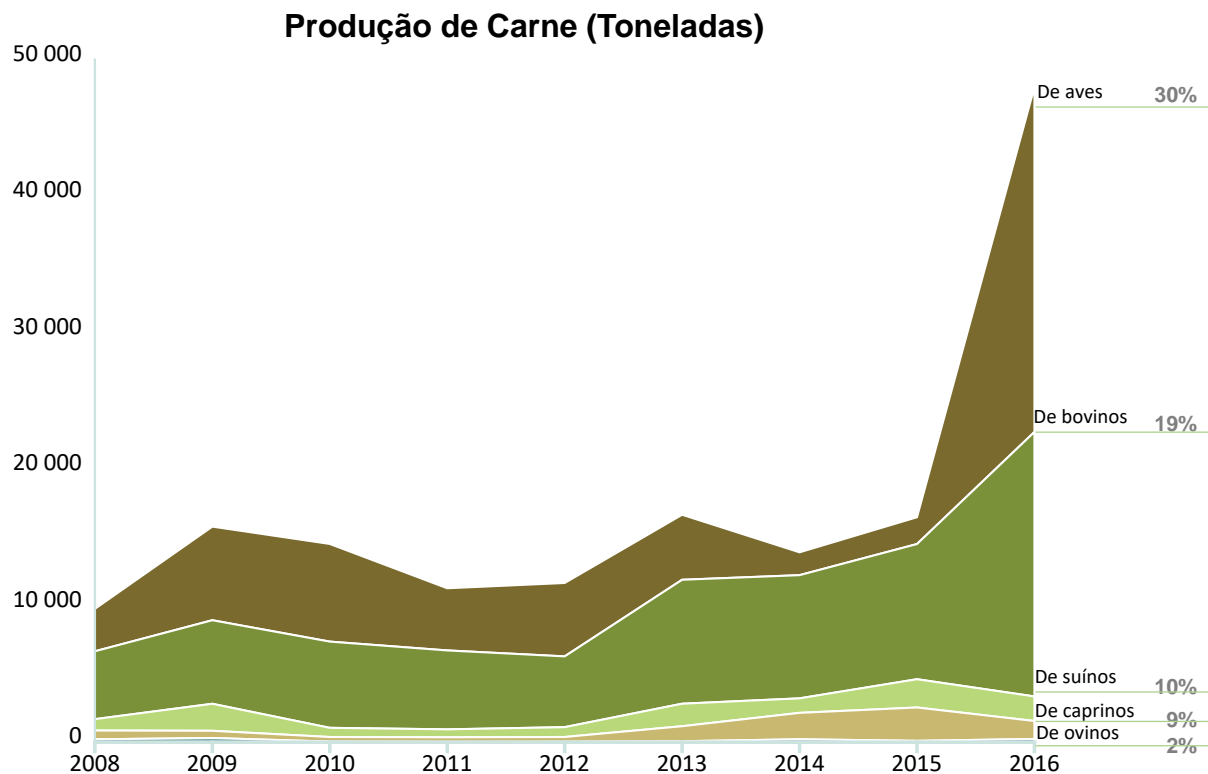
Causa

- Constrangimentos na importação, face a escassez de divisas;
- Inexistência de fábricas e conhecimento local para a sua produção.
- Muitos dos pontos de água construídos para servirem as populações pastoris e o seu gado, (captações de águas subterrâneas e dispositivos de retenção de águas superficiais -chimpacas), foram indevidamente apropriados, destruídos ou encontram-se, actualmente, em mau estado de conservação.
- Dificuldade de acesso a crédito para aquisição de equipamentos.
- Práticas rudimentares de criação de gado que ainda perduram no país, associadas a cultura e tradição de vários grupos étnicos que habitam as diversas regiões pastorís.

Efeito

- Má nutrição animal e baixa qualidade da sanidade e gestação de espécies animais.
- Baixa produtividade e, consequentemente, rendimento dos produtores.
- Redução substancial do caudal e da capacidade de armazenamento de água para o gado, afectando a produção animal e ocasionando a redução do efectivo em épocas de estiagem.
- A qualidade da produção pecuária do país tem sido afectada, traduzindo-se na redução do efectivo pecuário, subnutrição das espécies, decréscimo dos índices de reprodução dos animais e na baixa qualidade da carne produzida.

Produção e Produtividade Pecuária



+ Aves

- Nos últimos 8 anos a produção de carne de ave variou de 3.109 para 25.252 toneladas em 2016, representando um crescimento cumulativo médio anual de 30%. Não obstante este aumento significativo, a baixa taxa de modernização tecnológica desta actividade ainda tem condicionado o crescimento da produção.

+ Bovinos

- De 2008 a 2016, registou-se um crescimento cumulativo médio anual de 19%, tendo a produção variado de 4.972 para 19.373 toneladas. Dado o papel que a carne bovina desempenha na dieta alimentar dos angolanos, este crescimento ainda se afigura modesto, havendo necessidade de se melhorar as práticas e tecnologias usadas de criação de gado bovino.

- Suínos

- A produção de carne suína cresceu de 832 toneladas em 2008 para 2.071 toneladas em 2015. Porém, em 2016 a produção caiu para 1.799 toneladas. Entre 2008 a 2016, o crescimento cumulativo médio anual foi ligeiro de 10%. Face a preponderância no hábito alimentar dos angolanos, a carne suína constitui um importante vector para a satisfação da necessidade de consumo do país e o crescimento económico nacional, sendo imperioso suprir-se as actuais ineficiências na sua cadeia produtiva.

- Caprinos

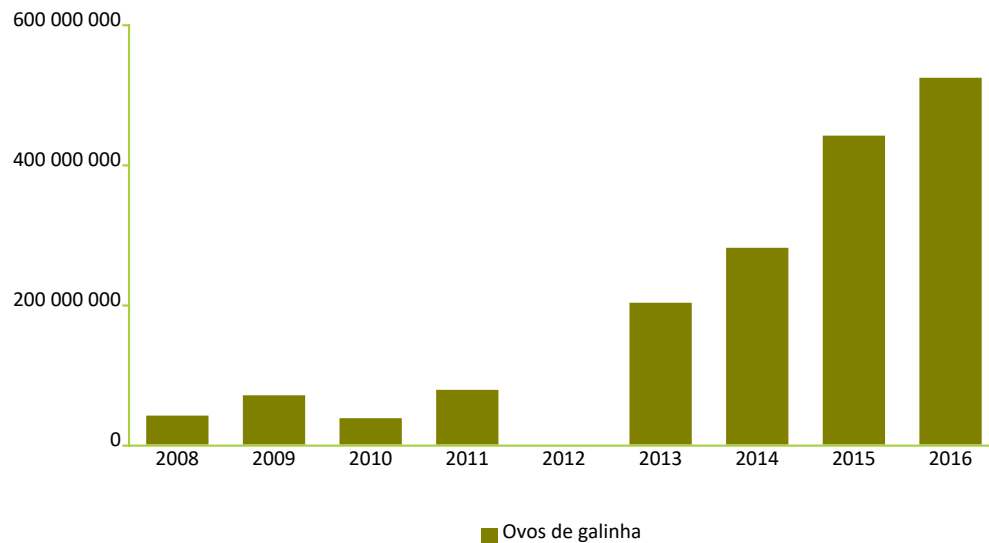
- De igual modo, a produção de carne caprina atingiu o pico em 2015 com 2.443 toneladas, decrescendo para 1.315 toneladas em 2016. O crescimento cumulativo médio anual, no período em apreço, foi modesto na ordem de 9%. A fácil capacidade de adaptação destes animais ao calor, parasitas e de percorrer grandes distâncias em busca de alimentos, facilita o seu manejo, e garante a obtenção de altos níveis de produção, pelo que o Estado e a classe empresarial deverão considerar maiores incentivo/sensibilização (cultural) na sua criação.

- Ovinos

- A produção de carne ovina em Angola é modesta, tendo variado de 212 a 239 toneladas entre 2008 e 2016, correspondendo a um crescimento médio anual de apenas 2%.

Análise do Subsector Pecuário

Produção e Produtividade Pecuária



Ovos

- A produção de ovos cresceu de 44.422.066 toneladas em 2008 para 526.598.333 em 2016, correspondendo a um crescimento cumulativo médio anual de 36%.
- Há necessidade de se continuar a aprimorar o processo de produção para aumentar a produtividade pois, pelo seu alto valor nutritivo e proteico o ovo é um alimento muito procurado pelos consumidores.

Leite

- A produção de leite atingiu o pico em 2009, com 7.289.333 litros, porém, caiu continuamente até 2016, em média 24% ao ano, cifrando-se nesse ano em 1.070.028 litros.
- Face ao contributo do leite para a boa nutrição humana, é, igualmente, necessário introduzir processos e tecnologias mais eficientes e eficazes de produção, com vista a aumentar os níveis de produção, fornecer matéria prima suficiente para a produção de produtos derivados do leite (iogurtes, queijos, entre outros) e subseqüentemente reduzir os custos com a importação destes produtos.

Análise do Subsector Pecuário

Conservação

- Ao longo dos anos foram instalados matadouros industriais, semi-industriais e rurais nas várias províncias e municípios do país. No entanto, o funcionamento destas unidades ainda deixa muito à desejar. Salienta-se a paralisação de algumas unidades pelo facto da capacidade instalada destas ter-se revelado superior ao número de cabeças disponíveis na região onde foram implantados. De igual modo, algumas das unidades industriais e semi-industriais encontram-se paralisadas por falta de abastecimento de energia eléctrica e água.
- Apesar do esforço desenvolvido para aumentar a capacidade de armazenamento em câmaras frigoríficas, a capacidade agregada é quase nula, tendo em consideração a elevada necessidade de produção de carne e outros produtos.
- Adicionado a este problema, existe a questão estruturante relacionada com o abastecimento precário de energia eléctrica nos diversos municípios do país.

Transformação / Processamento

— Carne	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A transformação da carne produzida em conservas naturais e enchidos é uma actividade que carece de investimento. A criação e ou relançamento de indústrias de transformação de carne é um processo que está a ocorrer no entanto a um ritmo muito baixo, face a potencialidade do mercado nacional.
— Produtos Derivados do Gado	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A indústria para produção de produtos derivados do gado é ainda pouco desenvolvida. Além da carne, não é feito o aproveitamento pleno, de modo industrializado, do leite, da pele, chifre, carcaça e do cebo dos animais, os quais servem de matéria-prima para diversas indústrias tais como a de produção de leite e iogurte, rações, calçados, acessórios (carteiras, cintos, pentes e botões) e sabão.

Distribuição

- O sistema de distribuição de produtos pecuários enfrenta desafios semelhantes à aqueles apontados para o sistema de distribuição de produtos agrícolas, nomeadamente, o baixo desenvolvimento da cadeia de distribuição (ausência de todos os níveis de intermediação da cadeia necessários para levar o produto até aos consumidores finais) e a deficiente e limitada rede de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo assim como os custos proibitivos do transporte aéreo.

Comercialização

- A nível da comercialização a situação é semelhante a do subsector agrícola. Os mercados não são estruturados, impedindo que os pecuaristas escoem facilmente os produtos das suas zonas de produção ao consumidor final, em bom estado de conservação, levando-os a aceder aos mercados informais, com todas as imperfeições e irregularidades sanitárias que detêm.
- Os custos de colocação do produto no mercado são, igualmente, elevados face aos constrangimentos de transporte, energia e água, reduzindo a atractividade dos produtos locais relativamente aos produtos importados.
- Adicionalmente, constrangimentos de qualidade e estrutura de custo dificultam a penetração dos produtos da pecuária local nos grandes estabelecimentos comerciais do país.

2.2.3 Análise do Sub Sector Florestal

Análise do Subsector Florestal

- + Angola tem uma cobertura florestal formada fundamentalmente por florestas naturais de cerca de 60 milhões de hectares.
- + As formações florestais são bastante diferenciadas, variando de florestas densas a outros tipos de formações, conforme indicado no quadro abaixo. Por conseguinte, existe o potencial de extracção de variados produtos florestais, além da madeira, tais como resinas, celuloses, mel, borracha, entre outros.

Floresta Densa	Floresta Aberta de Miombos	Outras formações florestais
Floresta densa húmida de composição florística muito variada com diversos estratos arbóreos mais elevados dos quais se salientam ricas e diversas espécies com elevado valor económico	Floresta aberta ou miombo, mosaicos de floresta seca e savanas. Alto valor social em termos de combustível lenhoso, materiais de construção, pastos, alimentos e plantas medicinais	Constituídas, entre outras, por prados, chanas, anharas, savana seca com árvores e arbustos, estepes da faixa litoral sub-desértica e desértica, formações vegetais do deserto.

- Predominam em Angola as florestas abertas de Miombos, localizadas na região sudeste do país, as quais cobrem cerca de 48 milhões de hectares, porém os níveis de produtividade não são elevados.

Da superfície florestal do país, apenas 2% correspondem a floresta densa húmida conforme indicado no quadro abaixo. No entanto, estas florestas tropicais, localizadas nas regiões do Uíge, Cabinda, Bengo e Kwanza Norte, são actualmente as mais exploradas em Angola. Sem o nível adequado de repovoamento florestal, estas florestas poderão confrontar-se, a médio-longo prazo, com riscos de desflorestação e baixa produção,

Tipo de Florestas	Floresta Densa	Floresta Aberta de Miombos	Outras formações florestais
Superfície florestal	2%	80%	18%
Localização	Cabinda, Zaire, Bengo e Kwanza-Norte	Lundas, Moxico, Cunene e Cuando Cubango, Huíla,	Dispersas pelo território nacional
Produtividade	Alta	Média	Baixa

Disponibilidade de Terra/ Cobertura Florestal

Análise do Subsector Florestal

Fornecimento de Insumos

Constatação

- Incipiente produção de mudas
- Défice de insumos florestais nomeadamente sementes, adubos/fertilizantes e fitofármacos (defensivos) para controlo de pragas e plantas daninhas (herbicidas).
- Défice de acesso a equipamentos florestais mecanizados/automatizados tais como máquinas de serração, equipamentos de descasques de madeira, tractores, elevadores e *dumpers*, assim como equipamentos para extracção de celulose, resinas e borracha

Causa

- Não obstante as acções desenvolvidas nas províncias do Huambo, Benguela, Cabinda, Namibe, Luanda, Lunda-Sul e Cunene, o número de viveiros ainda é insuficiente.
- Constrangimentos na importação, face a escassez de divisas.
- Inexistência de fábricas e conhecimento local para a sua produção.
- Constrangimentos de importação agravados pela escassez de divisas.
- Fraco conhecimento por parte dos produtores e não só, de outras oportunidades no ramo florestal, para além da actividade de corte e transformação da madeira.

Efeito

- A baixa disponibilidade de mudas, tem tido impacto adverso na reposição e plantação de biomassas de elevado valor económico para o país.
- Declínio do povoamento florestal.
- Inadequado trato cultural com impacto na quantidade e qualidade da biomassa e do ecossistema.
- Deficiência na capacidade de exploração de madeira e outros produtos florestais.
- Dificuldades nos trabalhos de rotina nas carvoarias, serralharias e em outras empresas que trabalham com produtos florestais.
- Actividade florestal limitada ao corte e transformação da madeira

Formação Florestal/Plantio de Árvores

Constatação

- A actividade de plantação de espécies vegetais/biomassas com vista a reposição de zonas florestais exploradas e/ou a recuperação de áreas florestais degradadas ainda é baixa.
- A taxa anual de desflorestação em Angola, actualmente de cerca de 8,2%, tem vindo a crescer ao longo dos anos, fundamentalmente nas zonas de florestas com maior produtividade.

Causa

- Baixa disponibilidade de mudas.
- Baixa taxa de conversão dos viveiros em áreas florestais plantadas.
- Acções humanas, tais como substituição de área florestal por zonas de agricultura; urbanização; utilização da floresta como fonte de matéria-prima; abate indiscriminado de árvores.
- Fenómenos naturais: erosão e desertificação.

Efeito

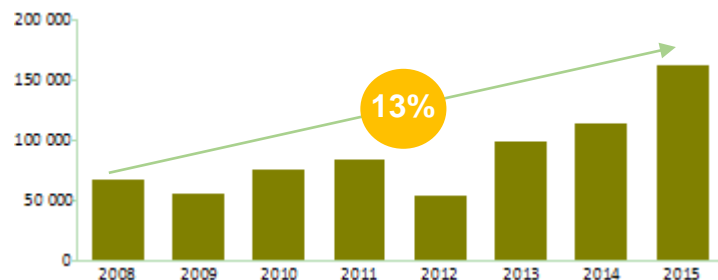
- Baixo nível de povoamento e repovoamento florestal.
- Aumento da taxa de desflorestação.

Análise do Subsector Florestal

Tratos Culturais

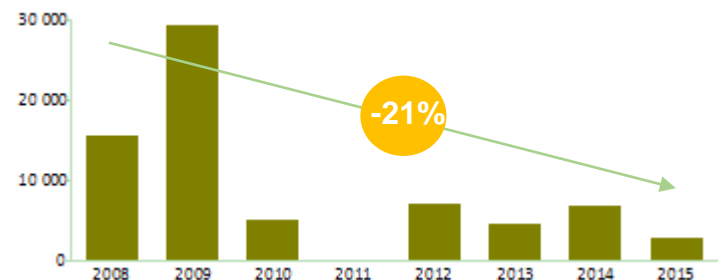
- A prestação dos serviços de assistência florestal não tem ocorrido pela carência de técnicos e meios. Este facto aumenta a exposição e vulnerabilidade das culturas florestais aos riscos de pragas, reduz a fertilidade dos solos e afecta o desenvolvimento orgânico das biomassas, com impacto adverso na produção e produtividade.

Extracção/ Produção de Produtos Florestais



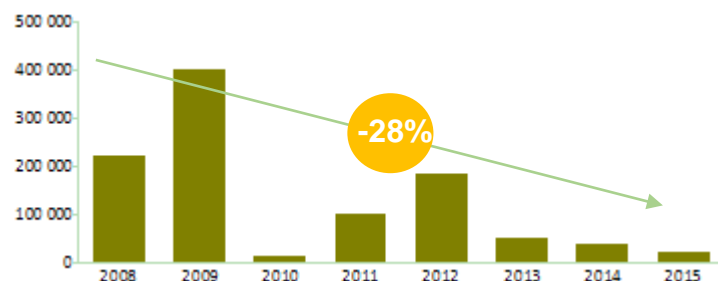
+ Madeira

A produção de madeira, no período 2008 a 2015, aumentou de 69.073 m³ para 163.371 m³, correspondendo a um crescimento cumulativo anual médio de 13%. O maior contributo advém da produção da província do Uíge, Cabinda e Bengo que em 2015 registaram volumes de 45.385 m³, 29.209 m³ e 16.392 m³ respectivamente. Este aumento de produção acompanhou o crescimento dos índices de produtividade da madeira em termos de quantidades produzidas por área de cultivo, registados durante o mesmo período.



- Lenha

A produção de lenha diminuiu de 15.681 toneladas em 2008 para 3.095 toneladas em 2015, representando um decréscimo cumulativo médio anual de 21%. Em termos de produtividade observa-se uma tendência semelhante, com redução acentuada nos últimos 3 anos a partir de 2013.



- Carvão

Notou-se, igualmente, uma redução da produção de carvão de 225.561 toneladas em 2008 para 22.718 toneladas em 2015, equivalente ao decréscimo médio anual de 28%. A variação negativa prende-se com o contínuo emprego de técnicas de conversão de lenha em carvão bastante rudimentares e de baixo rendimento, o que provoca um mau aproveitamento do material lenhoso.

- Outros Produtos Florestais

Actualmente, não há registo em Angola de produção de outros produtos florestais madeireiros (Celulose) e não madeireiros (Óleos, Essências, Resinas, Borracha, etc).

Análise do Subsector Florestal

Transformação / Processamento dos Produtos Florestais

<p>— Lenha e Carvão</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A produção de lenha e carvão é essencialmente artesanal. A demanda de combustível lenhoso devido a impossibilidade de acesso a outras fontes de energia provoca uma forte pressão sobre os recursos e constitui-se num factor de degradação de recursos florestais.
<p>— Madeira Sólida</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem em Angola um número considerável de serrações/carpintarias de pequeno e médio porte, envolvidas no processamento primário da madeira em madeira serrada, tábuas e compensados, com capacidade instalada estimada em 500 – 600 m³/dia, ou seja, 100.000 – 150.000 m³/ano. No entanto, actualmente estas unidades funcionam abaixo das suas capacidades devido ao estado obsoleto dos equipamentos fabris e da dificuldade na obtenção da matéria-prima.
<p>— Madeira prensada/ contraplacados</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A produção industrial de contraplacado, principalmente em Cabinda e Luanda é deficiente pelo facto dos complexos fabris dedicados a sua manufatura estarem inoperantes. ▪ Contudo, alguma produção tem sido feita na província do Huambo, em quantidade que satisfaz o mercado local, onde o produto tem sido usado essencialmente na construção civil.
<p>— Celulose e Pasta de Papel</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Como resultado da paralisação total da Companhia de Celulose e Pasta de Papel de Angola (CCPA), localizada na província de Benguela, a produção de celulose a partir de espécies resinosas, foi interrompida.
<p>— Painéis de Madeira Industrial / Reconstituídos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estes painéis resultam do aproveitamento da casca e dos refugos provenientes da madeira serrada, sendo posteriormente processados industrialmente com resinas aglutinadoras. Incluem os painéis reconstituídos tais como aglomerado, MDF e chapa de fibra assim como os compensados ou laminados. Actualmente, a produção destes derivados da madeira em Angola, os quais são amplamente utilizados na indústria de construção civil, automóveis e móveis, é incipiente.
<p>— Produtos Não Madeireiros</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A excepção do mel, cujo sistema de produção tem ainda um carácter artesanal, não se verifica em Angola o processamento de qualquer outro produto florestal não madeireiro, pelo facto de não se fazer a extracção dos mesmos e não existirem as correspondentes indústrias de processamento.

Análise do Subsector Florestal

Distribuição

- Ainda se constata o transporte de toros de madeira em veículos com condições inadequadas para o efeito. Esta situação apresenta riscos elevados de segurança patrimonial e humana. Ademais, tem resultado em perdas económicas substanciadas no abandono de toros deixados ao longo das vias ou em locais onde ocorreram acidentes.
- O elevado estado de degradação das vias rodoviárias constitui igualmente um factor de constrangimento na medida em que não somente dificulta a movimentação dos produtos entre as áreas de produção e as de consumo, como também provoca uma alteração substancial do custo do frete. Esta situação é agravada pela falta de alternativas economicamente viáveis como o transporte marítimo ou ferroviário.
- Adicionalmente, o sistema de distribuição de produtos florestais enfrenta desafios semelhantes à aqueles apontados para o sistema de distribuição de produtos agrícolas e pecuários, nomeadamente, o baixo desenvolvimento da cadeia de distribuição (ausência de todos os níveis de intermediação da cadeia, necessários para levar o produto até ao consumidor final) e a deficiente e limitada rede de transportes, acima referidos.

Constatação

- + — O mercado interno não tem capacidade de absorver grande parte da produção de madeira pelo défice da indústria de transformação (mecânica e/ou industrial) da madeira.

As carpintarias e marcenarias existentes têm produções diminutas que ficam aquém de satisfazer a demanda do país, tanto em qualidade como em quantidade.

- A ausência de indústrias de processamento no país condiciona os produtores nacionais na obtenção de preços competitivos nas transações comerciais com o estrangeiro.
- Os constrangimentos de transporte e escoamento da produção elevam os custos de colocação dos produtos florestais locais ao consumidor final.

Efeito

- Recurso a exportação que tem uma dupla vantagem que é de escoamento do produto e por outro lado a captação de divisas.
- Importação de produtos acabados que bem poderiam ser produzidos no país.
- Rendimento sub-otimizado nas vendas da madeira no mercado externo.
- Afecta a competitividade dos produtos nacionais face aos importados.

Comercialização

2.2.4 Análise das Políticas e Actividades de Suporte Transversais ao Sector Agrário

Estratégias e Políticas Sectoriais e Intersectoriais

– Comissão Nacional para Segurança Alimentar

- O país não dispõe de uma Comissão Nacional para a Segurança Alimentar, responsável por assegurar a implementação integrada e coordenada de todas acções, sectoriais e intersectoriais, necessárias para o alcance da autossuficiência e soberania alimentar. A ausência dessa “autoridade” torna difícil o alinhamento, no plano nacional, das prioridades e urgência dos programas de acção do Sector Agrário, com as dos demais sectores da economia.

– Política agrária nacional

- O país não dispõe de um conjunto integrado e complementar de leis e princípios que orientam o desenvolvimento da actividade agrária nacional, assim como da importação de produtos agrários do exterior. Esta lacuna, afecta a sua capacidade de garantir os níveis de oferta de produtos agrários requeridos pela nação, a qualidade nutricional e sanitaria dos produtos agrários disponíveis no mercado, a estabilidade dos preços, práticas efectivas de utilização da terra para aumento da produção, geração de empregos e melhoria da qualidade de vida no meio rural, entre outros.

– Política de estímulo e incentivo ao desenvolvimento do sector agrário nacional

- O país carece de uma política integrada, de estímulos/incentivos específicos para o desenvolvimento do sector agrário e protecção dos produtores e produtos agrários nacionais, consubstanciada no fornecimento/importação subsidiada de alguns factores de produção (ex. sementes, fertilizantes e gásóleo), atribuição aos produtores nacionais de incentivos fiscais sob a forma de redução do imposto de consumo e imposto industrial (apesar de estar previsto alguma coisa na Lei de Investimento Privado), criação de estruturas logísticas e de mercado para assegurar o escoamento da produção, entre outros.

Estratégias e Políticas Sectoriais e Intersectoriais

— Aplicação dos preceitos da lei de terra

- A aplicação dos preceitos de utilização das terras agrárias, previstos na lei de terra, é deficiente e/ou não está a ser cumprido, o que resulta numa má distribuição e na utilização inadequada das terras aráveis, na medida em que observa-se, actualmente, um sub-aproveitamento das áreas disponíveis para o exercício das actividades agro-pecuária.

— Segurança fundiária para as empresas agrárias familiares

- De acordo com a Lei de Terras, Lei 9/04, de 9 de Setembro, não é possível a transmissão da propriedade plena de terrenos rurais do domínio privado do estado para particulares, sendo que muitas famílias agricultoras não têm celebrados contratos de compra e venda dos terrenos onde exercem a actividade agrícola.
- A incerteza em relação aos direitos comunitários sobre as terras (de agricultura e pecuária) tem causado a perda de propriedade pelos agro-pecuaristas a favor de grandes grupos agrícolas empresarias. Diante deste risco, os agricultores e pecuaristas têm adoptado práticas menos sustentáveis resultando num uso excessivo das áreas de cultivo e pastagem o que eventualmente provoca a baixa produtividade das terras.

— Políticas de fomento ao desenvolvimento de indústrias a montante e a jusante da produção agrária

- A produtividade e rentabilidade da produção agrária só se poderá obter pelo equilíbrio entre os factores de produção, a produção e a transformação dos produtos agrários nos seus vários níveis. A transformação garante uma maior variedade na oferta de produtos com valor acrescentado que a simples venda do produto natural não oferece por si só. Há, igualmente, a necessidade de se fomentar a criação de pequenas e médias indústrias para o aproveitamento dos subprodutos da agricultura, pecuária e silvicultura, garantindo fontes alternativas de renda para os produtores agrários.

Comunicação/Coordenação entre os Actores do Sector

— **Coordenação com o sector de energia, águas, telecomunicações e obras públicas**

— **Alinhamento de acções com o sector do comércio e de transporte**

— **Coordenação com o sector industrial**

- Os passos dados para aumentar a capacidade de produção e processamento dos produtos agrários, não estão a ser acompanhados pela extensão da rede de energia eléctrica, água, rede de telecomunicação e vias de acesso rodoviário, às áreas rurais, denotando oportunidades de melhoria na coordenação das acções entre o sector agrário e o sector de energia, águas e telecomunicações.
- Não existe um sistema de mercado nacional, grossista e retalhista, para o escoamento dos produtos agrícolas, pecuárias e silvícolas, o que carece de coordenação de esforços entre o sector agrícola com os sectores do comércio e do transporte.
- A produtividade e rentabilidade da produção agrária apenas poderá ser alcançada pelo equilíbrio entre os factores de produção, a produção e a transformação dos produtos agrários.
- A ausência de indústrias locais, a montante das operações agrárias, para a produção dos principais insumos, encarece o exercício da actividade agrária no país.
- De igual modo, a falta de indústrias complementares ao sector agrário, tais como de embalagens diversas, afecta o custo e a qualidade dos produtos agrários.
- A inexistência de indústrias de transformação, a jusante da produção agrária, impossibilita a oferta de uma maior variedade de produtos agrários, com valor acrescentado, em consonância com as necessidades dos consumidores locais.
- Há a crescer que o aproveitamento dos subprodutos da agricultura, pecuária e silvicultura, é quase nulo, desprovendo os produtores agrários de fontes alternativas de renda.

Comunicação/Coordenação entre os Actores do Sector

Articulação com o sector académico de ensino e investigação

- A articulação entre as instituições de ensino e o sector agrário carece de melhoria com vista a identificação das reais necessidades de competências do sector para que as instituições académicas possam responder com programas curriculares, cursos adequados e estágios à efectiva redução do actual défice de competências.
- Neste domínio, torna-se, igualmente, pertinente reestruturar os centros de formação introduzindo nos mesmos conteúdos que respondam aos desafios do sector agrário.
- A investigação deve assegurar a exequibilidade dos programas agrários de forma sustentável, garantindo uma melhor selecção e reprodução das culturas e espécies animais. Para o efeito, há que melhorar a articulação entre as estruturas de investigação, o sector agrário e o meio rural.

Integração entre os Programas Agrícolas Centrais e Locais

- Existe uma fraca articulação entre os programas agrários de âmbito central e locais em grande parte devido a presente falta de políticas e de uma estratégia agrária nacional de médio e longo prazo, o que afecta a execução dos programas de acção do sector.

Alinhamento com o sector privado/empresarial

- A comunicação com os actores privados do sector ainda é considerada deficiente, resultando na fraca coordenação entre as políticas, objectivos, metas e programas de acção proposto pelo MINAGRI e as acções implementadas pelo sector privado. De igual modo, a existência de constrangimentos na obtenção de informação do sector privado, dificulta a criação de uma base de dados fiável que permita a partilha de informação estatística, uma melhor avaliação do grau de consecução do plano de desenvolvimento agrário e a tomada de decisões sustentáveis em tempo oportuno.

Comunicação/Coordenação entre os Actores do Sector

Articulação com o sector financeiro, banca e seguros.

- A efectivação de estímulos e incentivos, fundamentalmente de natureza fiscal, ao desenvolvimento do sector agrário em Angola requer uma estreita coordenação com o Ministério das Finanças dado o impacto destas medidas nas receitas públicas.
- A intensificação do financiamento dos programas do sector mediante a manutenção e/ou incremento de linhas de financiamento nacionais ou internacionais, sujeita-se ao devido alinhamento com a política financeira pública, em virtude do impacto na capacidade de endividamento do estado.
- A expansão do sector agrário requer o incremento da respectiva dotação orçamental, acção que exige coordenação e apoio do Ministério das Finanças e do Planeamento.
- Por último, as iniciativas para ampliação e adequação do crédito bancário às especificidades do sector agrário, bem como de introdução do seguro agrário, requer acções conjuntas com o MINFIN, BNA, Banca local, ARSEG e companhia de seguros.

Articulação com o desenvolvimento rural

- Face ao peso do sector familiar, o desenvolvimento do sector agrário depende da estabilidade social e desenvolvimento do meio rural o que passa por coordenar esforços com as instituições públicas e organizações civis afins, no sentido de garantir a melhoria da qualidade de vida no meio rural, aumento dos níveis de alfabetização e diversificação das fontes de rendimento.

Alinhamento com o sector da administração pública e emprego

- A introdução de mecanismos de remuneração diferenciada à nível do MINAGRI (a semelhança do MINFIN) bem como a promoção de regimes de carreiras especiais com vista a atracção, desenvolvimento e retenção das competências críticas do sector, assenta na efectiva coordenação de acções e políticas com o MAPTESS.

Recursos Humanos do Sector

— **Défice de técnicos qualificados para o sector**

■ A mão-de-obra especializada é insuficiente, em parte causada pelo défice de ingresso de técnicos para a extensão rural assim como pela fraca contratação de quadros por parte do sector empresarial. A nível do sector familiar, a ausência de mão-de-obra qualificada tem um grande impacto na qualidade e produtividade das culturas. No domínio da exploração empresarial, existe uma certa dependência de mão-de-obra estrangeira o que encarece os custos de produção.

— **Falta de formação ou capacitação técnica**

■ Regista-se uma carência de quadros formados e capacitados. Esta situação é derivada do facto do modelo de formação técnica e desenvolvimento de quadros ser inadequado, consubstanciado pela falta de articulação entre as reais necessidades técnicas do sector e os programas curriculares das instituições de ensino, recorrendo a formação especializada no exterior com elevado custo e reduzido número de formandos.

— **Inadequada política de remuneração**

■ Os baixos níveis salariais, bem como a falta de subsídios, assistência médica e medicamentosa, condições de vida e de trabalho pouco atractivas, são apontadas como as razões para a fuga de quadros para outros sectores, tornando cada vez maior a insuficiência de técnicos qualificados no sector agrário.

— **Inadequado enquadramento e valorização dos quadros**

■ A inexistência de políticas de alocação, retenção e de estímulo, bem como a criação de uma base de dados para o devido cadastramento de quadros do sector agrário, assim como a não aprovação da carreira do sector dificulta a qualificação e o enquadramento destes. Esta situação dificulta, igualmente, o recrutamento de quadros com outras valências para o sector, tais como economistas-agrícolas, sociólogos, entre outros.

Recursos Financeiros e Seguro Agrícola

— Insuficiência e inadequação do crédito bancário

- O financiamento à actividade agrícola é considerado fraco e o acesso ao crédito agrícola difícil. Esta situação caracteriza-se pela limitação de recursos financeiros para a implementação dos programas do sector, assim como um fraco desempenho da banca no financiamento de projectos agrários, consubstanciado na indisponibilidade de produtos financeiros/crédito bancário específicos, adequados a natureza da actividade agrária, os constrangimentos relativos a falta de segurança fundiária bem como ao perfil de risco associado a composição e estrutura do sector, dominado por explorações agrárias familiares.
- Além disso, verifica-se a ausência nos bancos locais de analistas de crédito especializados no sector agrário. O deficiente acesso ao crédito origina a que os recursos financeiros sejam insuficientes para apoiar os projectos de investimento que visam o crescimento da produção e da produtividade.

— Baixa dotação orçamental para o sector agrário

- Apesar do esforço no investimento, a fatia do OGE para o sector, continua a ser insuficiente tendo como resultado um fraco investimento na infra-estrutura de suporte.

— Inadequação dos créditos de campanha

- O crédito de campanha disponibilizado à pequenos e médios agricultores é afectado por diversos factores, nomeadamente, o montante máximo é insuficiente para aquisição de insumos e equipamentos, e o período de reembolso é bastante curto para garantir a devida geração de rendimentos suficientes para cobrir os custos incorridos no final da campanha.

Recursos Financeiros e Seguro Agrícola

— Insustentabilidade das linhas de financiamento

- O sector agrícola tem beneficiado do apoio de linhas de financiamento multilaterais, do Banco Mundial, BAD, FIDA, FAO entre outras. Quer o MOZAP 1-BM (beneficiou 45 mil agricultores nas províncias do Bié, Huambo e Malange) e o PRODECA-FIDA (financiou culturas alimentares em Malange) tiveram uma avaliação positiva dos beneficiários.
- No entanto, o modelo de financiamento é pouco sustentável. Durante a vigência dos projectos, os agricultores têm apoio em todas actividades a montante da produção, nomeadamente, preparação da terra, disponibilidade de insumos de produção e assistência técnica no manuseio das culturas. Porém, após o término do projecto estes deixam de beneficiar do acesso aos factores de produção. Os pequenos agricultores tiveram dificuldades em tornarem-se autónomos após o término do projecto devido à constrangimentos no contínuo acesso aos insumos e na comercialização dos produtos.

— Falta de Fundo para o Fomento da Actividade Agrícola

- Há necessidade de capitalizar o FADA enquanto entidade financeira especializada para o fomento da actividade agrícola do país. Apesar de financiar projectos agrários, os créditos concedidos pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) visam múltiplos sectores da económica. Neste contexto, há necessidade de operacionalizar e expandir as acções do Fundo de Desenvolvimento do Sector Agrário, com vista atender especificamente o sector agrário.

— Inexistência do Seguro Agrícola

- O seguro agrícola ainda se afigura um negócio pouco atractivo para as seguradoras. Essa situação requer uma análise profunda e técnica da matéria relativa a cobertura dos riscos. A falta de um seguro torna os produtores mais expostos e menos protegidos aos riscos inerentes a actividade, tais como a seca, pragas, excessivas quedas pluviométricas e outras intempéries.

Serviços de Assistência aos Produtores Agrários

– Serviços de Extensão Rural

- O actual modelo de Extensão do Desenvolvimento Rural carece de ajustamentos na medida em que acenta em processos desatualizados de trato das culturas, e na ausência de práticas melhoradas (como cultivo durante todo o ano, rotação de culturas e aplicação equilibrada de fertilizantes), assim como ainda é assente no uso de tecnologia rudimentar e pouco mecanizada.

– Serviços Veterinários e Inspecção

- Os serviços veterinários foram transcurados durante longos períodos sendo evidente a sua ausência e carência em várias áreas do país. Por conseguinte, apenas uma parte mínima do efectivo pecuário em Angola é coberto pelas campanhas de vacinação e assistência sanitária, influenciando a sanidade animal. Associado a este facto, tem-se verificado nos últimos anos, a redução contínua da disponibilidade de vacinas no mercado local, o que, igualmente, tem impactado adversamente a cobertura de vacinação do efectivo pecuarista. Em última instância, o efeito agregado dos factores acima apontados é a dificuldade de controlo e combate das principais doenças que afectam o gado (e as aves) e por conseguinte da qualidade do efectivo e da carne produzida localmente.

– Serviços de Assistência Florestal

- Actualmente não há qualquer prestação de serviço de assistência florestal, o que implica que grande parte da superfície florestal esteja desprotegida dos efeitos das pragas, queimadas descontroladas, abate indiscriminado da flora/fauna e outros constrangimentos associados.

– Serviços de Protecção e Segurança

- Verifica-se a ausência de autoridade e policiamento em algumas áreas de produção, o que afecta a protecção e segurança dos produtores rurais bem como resulta em danos pessoais, roubos e perda de produção.

Investigação Agrária

– Modelo e infra-estrutura de investigação

- Existência de um modelo de investigação agrária desactualizado, consubstanciado pela falta de coordenação entre o objecto de investigação e as necessidades do meio rural assim como a falta de condições nos laboratórios de investigação.

– Investigação agrícola

- Verifica-se uma fraca ou exígua pesquisa científica na área agrícola, para dar resposta à desafios, tais como o do melhoramento de culturas assim como ao combate as pragas e doenças vegetais, no país.

– Investigação pecuária

- Há necessidade de desenvolver a investigação no sentido de realizar ensaios sobre culturas herbáceas existentes nas zonas de pastos que permitam melhorar a qualidade dos pastos dos animais.
- De igual modo, há necessidade da investigação pecuária evoluir no sentido de avaliar técnicas de melhoramento das espécies animais locais, com a introdução de novas raças, quer por inseminação artificial tanto por cruzamento normal.
- Este conhecimento deve ser transferido aos pecuaristas por via dos serviços de extensão, com vista a melhorarem a gestão dos rebanhos e aumentarem a qualidade e produtividade dos animais.

– Investigação florestal

- As actividades de investigação florestal estão completamente paralisadas, por inoperância dos serviços de silvicultura no Instituto de Investigação Agronómica, instituição responsável pela investigação no domínio agrário, em geral, e florestal, em particular.

Cooperativismos e Associativismo

— Partilha dos factores de produção

- A débil organização dos produtores em associações e cooperativas torna um pouco mais difícil o acesso das famílias produtoras aos insumos, equipamentos e outros factores de produção.

— Cooperativismo de crédito

- A inexistência de cooperativas agrárias impossibilita os produtores de beneficiarem de Créditos Rurais Solidários para financiar investimentos, custos de produção e a actividade de comercialização, concedidos sob condições de acesso facilitadas (pela partilha da capacidade de endividamento e dos bens/propriedades colateralizadas), condições especiais de pagamento/reembolso do capital e juros mais baixos.
- De igual modo, o país carece de cooperativas de crédito cujo papel principal é a captação de recursos financeiros para suportar as actividades dos respectivos associados, mediante o acesso ao crédito a prazos e condições mais adequadas às características dos associados, bem como para prestação de outros serviços de natureza bancária, de modo mais simples e vantajoso aos seus associados (tais como aplicações, investimentos, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguro, etc).

— Partilha de risco

- Não se verifica, igualmente, no país a associação dos produtores agrários, com vista a concertarem a cobertura de riscos futuros inerentes à exploração agrária, mediante a captação, solidária de serviços de seguro junto de entidades seguradoras independentes ou por via de quotizações, em Sociedades Mútuas de Seguros, estabelecidas criteriosamente, em função da probabilidade do risco.

— Realização de obras de interesse comum

- Não existem formas associativas destinadas a gerir, explorar e conservar obras de infra-estruturas de interesse regional e impacto colectivo para os produtores agrários em determinadas regiões do país (tais como obras de natureza hidro-agrícola).

Cooperativismos e Associativismo

– Partilha de práticas de gestão

- Não há registo em Angola da existência de associativismo a nível do sector agrário, cujo objectivo principal seja de apoiar os associados na contabilidade e gestão da suas propriedades, através da aplicação de modernas técnicas de gestão, optimizando os recursos e resultados do negócio.

– Divulgação conjunta dos produtos

- Não se observa no país, práticas de divulgação e promoção conjunta dos produtos agrícolas, pecuários ou florestais e da sua qualidade (nutritiva e sanitária) junto do mercado consumidor.

– Intercâmbio técnico

- É, igualmente, notório, a ausência de iniciativas de associativismo com vista assegurar apoio técnico aos produtores agrários, na melhoria dos processos e tecnologia de produção e na sua formação contínua.

– Comercialização conjunta

- A ausência de cooperativas com este interesse não permite a implementação de um sistema de comercialização solidário, caracterizado pela existência dos seguintes elementos: (1) contratos de vendas conjuntos, com grossistas e grandes superfícies; (2) partilha de infra-estrutura de armazenamento e conservação de produtos; (3) utilização de forma solidária dos meios de transporte e distribuição; (4) programas de exportação conjunta.
- Por conseguinte, os produtores agrários não beneficiam das vantagens inerentes à este tipo de sistemas de comercialização, nomeadamente, redução de custos de comercialização, estabilização dos preços de mercado, redução dos desperdícios de produção, melhoria da segurança e qualidade dos produtos.

Gestão dos Recursos Hídricos e dos Sistemas de Irrigação

– Ineficiente gestão dos perímetros irrigados

- Os Perímetros irrigados estão a ser utilizados a um nível muito inferior da capacidade existente, por factores diversos. Alguns dos proprietários aos quais foram atribuídos perímetros, revelam alguma incapacidade técnica e/ou financeiras para desenvolver a actividade, apontando para a necessidade urgente de revisão dos critérios de concessão destes perímetros. Adiciona-se à este constrangimento, o facto da construção de perímetros irrigados em determinadas regiões do país não ter tido em consideração a predominância de outras actividades económicas em detrimento da actividade agrícola, resultando num baixo nível ou utilização inadequada dos referidos perímetros e da infraestrutura correspondente. De igual modo, a falta de infraestruturas de apoio, como electricidade, agudiza o mau funcionamento dos perímetros (caso do Luena – Moxico). Por último, a construção de perímetros em zonas onde não há hábito de cultura agrícola (Kuando Kubango e Moxico) e competência de utilização de sistema de regadio, condiciona a sua utilização e manutenção.

– Défice de sistemas de irrigação de apoio ao pequeno agricultor/ exploração agrícola familiar

- A nível da exploração agrícola familiar, muitos dos pequenos sistemas de irrigação utilizados no passado (com capacidade de cobertura de alguns hectares, em consonância com a área média de terra utilizada pelas famílias agrícolas) carecem de recuperação. No entanto, a falta de políticas relacionadas à esta actividade e a escassez de recursos financeiros e tem dificultado a divulgação desta método de produção e tem condicionado a reabilitação destes sistemas de irrigação. Os custos de operação (combustível, óleos, filtros, etc) também agravam o uso desses pequenos sistemas de irrigação, condicionando o aumento da produção e produtividade das culturas e das terras.

Gestão dos Recursos Hídricos e dos Sistemas de Irrigação

— Pouco aproveitamento dos recursos hídricos

- Não obstante os vastos recursos hídricos existentes no país, grande parte das explorações agrícolas familiares e algumas empresariais, ainda dependem da agricultura de sequeiro, não se verificando a aplicação dos recursos hídricos naturais existentes nas diversas localidades do país (rios, canais e águas subterrâneas) na criação de sistemas de irrigação (em superfície, pelo menos) para garantirem a regadio adequado das plantações. A inexistência de programas específicos tais como a construção de represas, diques, chimpacas para a retenção de água em épocas chuvosas constitui evidência adicional da incapacidade de utilização dos recursos naturais em prol da prática de uma agricultura (e pecuária) menos dependentes das condições naturais.

— Problemas de abastecimento de água nas zonas de pecuária

- Na região do sul do país, a maior dificuldade encontrada para o desenvolvimento da actividade pecuária reside na falta de água. Muitos dos pontos de água construídos até o início da década de setenta para servirem as populações pastoris e o seu gado, nomeadamente, captações de águas subterrâneas e dispositivos de retenção de águas superficiais (chimpacas), foram indevidamente apropriados, destruídos ou encontram-se, actualmente, em mau estado de conservação, reduzindo substancialmente o caudal e a capacidade de armazenamento de água para o gado.

Infraestruturas de Suporte ao Sector Agrário

— Limitação das infra-estruturas de transporte

- As vias de acesso aos locais de produção e destas para as áreas de consumo encontram-se degradadas, criando constrangimento no escoamento da produção.
- A indisponibilidade de infraestruturas de transporte rodoviário, combinada com as limitações da rede ferroviária e dos elevados custos de transporte marítimo e aéreo, condicionam o escoamento dos produtos agrícolas ao consumidor final e a preços competitivos, fundamentalmente no mercado nacional.

— Inexistência de rede eléctrica no meio rural

- A falta de electrificação rural, constitui um constrangimento à agricultura mecanizada, ao funcionamento em pleno dos sistemas de irrigação da terra e à pretensão de se adoptarem procedimentos e meios de produção agrícola mais intensivos, condicionando deste modo o aumento e a melhoria da qualidade da produção.
- De igual modo, a ausência de eletricidade condiciona a evolução do processo de criação de animais com recurso a equipamentos mecanizados e automáticos assim como limita a capacidade de abate, conservação e processamento de carne e a produção de ovos.
- A nível do sector florestal, a industrialização da transformação dos produtos madeireiros é condicionada pelo fornecimento de energia eléctrica às serrações o que afecta a qualidade e encarece os preços da madeira serrada.

— Falta de cobertura dos sistemas de telecomunicação nas zonas rurais

- A inexistência de infra-estrutura de telecomunicação nas zonas rurais dificulta a adopção de ferramentas e sistemas que podem melhorar a eficiência e produtividade das actividades agrícolas, bem como assegurar a conexão com os intervenientes críticos do sector, tais como: sistemas informáticos para gestão agrária; “mobile banking” para realizar operações financeiras; internet para partilha de dados sobre o mercado, legislação, clima e preços; sistemas logísticos, entre outros.

2.3 Análise da Expectativa do Público de Interesse (*Stakeholders*)

Expectativas do Público de Interesse

Público de Interesse		Expectativa	Avaliação			Perspectiva				
			Baixa	Média	Alta	Eliminar	Reduzir	Manter	Elevar	Criar
População e Outros Consumidores	População	▪ Segurança alimentar	✓						✓	
		▪ Redução da fome e da pobreza	✓						✓	
		▪ Aumento da oferta de produtos de qualidade	✓						✓	
		▪ Garantia da origem e certificação dos produtos	✓							✓
		▪ Preços justos		✓					✓	
	Consumidores Grossistas e Retalhistas	▪ Aumento da oferta de produtos de qualidade	✓						✓	
		▪ Garantia da origem e certificação dos produtos	✓							✓
		▪ Preços justos		✓					✓	
		▪ Funcionamento adequado do mercado	✓						✓	
Governo e Parceiros Sociais	Governo	▪ Promoção do crescimento económico	✓						✓	
		▪ Diversificação económica	✓						✓	
		▪ Redução da fome e da pobreza	✓						✓	
		▪ Desenvolvimento rural		✓					✓	
	Parceiros Sociais	▪ Redução da fome e da pobreza	✓						✓	
		▪ Desenvolvimento rural		✓					✓	
		▪ Diálogo e acesso a informação fiável	✓						✓	

Expectativas do Público de Interesse

Público de Interesse		Expectativa	Avaliação			Perspectiva				
			Baixa	Média	Alta	Eliminar	Reduzir	Manter	Elevar	Criar
Produtores Agrários	Famílias Agrárias	▪ Legalização da terra	✓							✓
		▪ Assistência técnico-material		✓					✓	
		▪ Preço competitivo dos insumos e equipamentos	✓						✓	
		▪ Acesso ao crédito	✓						✓	
		▪ Incentivos fiscais	✓						✓	
		▪ Auto consumo e geração de excedente		✓					✓	
		▪ Aumento da renda	✓						✓	
		▪ Apoio no escoamento da produção	✓							✓
Empresas Agrárias / Investidores Privados		▪ Legalização da terra		✓					✓	
		▪ Ambiente de negócio favorável /desburocratização		✓					✓	
		▪ Disponibilidade de insumos e equipamentos	✓						✓	
		▪ Preço competitivo dos insumos e equipamentos	✓							✓
		▪ Acesso ao crédito/financiamento	✓						✓	
		▪ Desenvolvimento de agroindústrias	✓						✓	
		▪ Funcionamento adequado do mercado	✓							✓
		▪ Infra-estruturas de apoio adequadas	✓						✓	

Expectativas do Público de Interesse

Público de Interesse		Expectativa	Avaliação			Perspectiva				
			Baixa	Média	Alta	Eliminar	Reduzir	Manter	Elevar	Criar
Prestadores de Serviço	Fornecedores de Insumos e Equipamentos	▪ Acesso a cambias	✓						✓	
		▪ Acesso ao crédito/financiamento	✓							✓
		▪ Facilidade de importação		✓					✓	
	Agro-Indústria/ Indústria de Transformação/ Processamento	▪ Dinamização da agro-indústria	✓							✓
		▪ Acesso a cambiais	✓						✓	
		▪ Acesso ao crédito/financiamento	✓							✓
		▪ Facilidade de importação		✓					✓	
		▪ Funcionamento adequado do mercado	✓						✓	✓
		▪ Infra-estruturas de apoio adequadas	✓						✓	
	Transportadores de Produtos Agrários	▪ Infra-estruturas de apoio adequadas: vias de acesso	✓						✓	
		▪ Incentivo fiscal: subvenção de combustível	✓							✓
		▪ Desburocratização		✓					✓	
	Instituições Financeiras	▪ Risco controlado do sector agrário	✓						✓	
		▪ Rentabilidade do sector agrário	✓						✓	
		▪ Disponibilidade de Informação sobre as especificidades do sector	✓							✓

2.4 Análise da Instituição

Análise da Instituição

- Insuficiente dotação orçamental para o sector

- Envelhecimento e insuficiência do quadro de técnicos do Ministério
- Política de atracção e retenção de quadros pouco condizente com as necessidades do Sector
- Planos de desenvolvimento e gestão de carreiras técnica desajustados com as necessidades do Sector

- Ausência de sistema integrado de informação de suporte aos processos de trabalho
- Falta de informação de suporte à actividade dos Productores
- Sistema nacional estatístico carece de melhoria.



2.5 Síntese dos Principais Desafios Estratégicos

Síntese dos Principais Desafios Estratégicos

Sector Agrícola

- Segurança jurídica sobre a terra (direito fundiário).
- Gestão sustentável dos solos.
- Fornecimento e produção local de insumos agrícolas.
- Gestão dos recursos hídricos e infraestrutura tecnológica de irrigação.
- Aumento da produção e produtividade agrícola.
- Mecanização/modernização tecnológica do sector agrícola.
- Sanidade agrária e inocuidade agroalimentar.
- Acesso aos mercados de produtos agrícolas.

Sector Pecuário

- Segurança jurídica sobre a terra de pasto (direito fundiário).
- Fornecimento e produção local de insumos pecuários (para nutrição, saúde, sanidade e reprodução).
- Fornecimento de água às zonas de produção pecuária.
- Modernização do sistema de produção pecuária.
- Aumento da produção e produtividade pecuária.
- Cobertura veterinária e de inspeção.
- Optimização das infraestruturas de conservação.
- Fomento do desenvolvimento da indústria de transformação dos produtos pecuários
- Acesso aos mercados de produtos pecuários

Sector Florestal

- Fornecimento e produção de insumos.
- Reflorestamento e/ou exploração florestal sustentável.
- Inspeção e controlo das zonas de exploração florestal.
- Nível de produção e produtividade dos produtos madeireiros.
- Modernização dos processos e tecnologias de exploração.
- Fomento da produção dos produtos florestais não madeireiros.
- Transformação da madeira em produtos de mais-valia.
- Acesso aos mercados de produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

Desafios Transversais

- Satisfação das expectativas do público de interesse
- Desenvolvimento institucional.
- Desenvolvimento das competências técnicas.
- Desenvolvimento da rede de energia e de água.
- Desenvolvimento da infraestrutura de transporte e telecomunicações.
- Reforço da comunicação intersectorial.
- Políticas de financiamento e gestão de riscos do sector agrário.
- Investigação e formação.
- Cooperativismo e associativismo.

3. Política Orientadora do MINAGRI

3.1 Missão do MINAGRI

MISSÃO DO MINAGRI

1 Formular

- Traçar políticas agrícolas, pecuárias e florestais
- Desenvolver estratégias para a implementação das políticas do Sector Agrário
- Conceber programas de acção e projectos para o Sector Agrário
- Emitir marcos regulatórios requeridos pelo Sector.

2 Conduzir

- Orientar à realização e cumprimento das políticas, estratégia, programas e projectos do Sector Agrário
- Executar selectivamente projectos relevantes para o Sector e que produtores ou empresários não tenham interesse em realizar ou não tenham capacidade técnico-financeira para realizar
- Fomentar o desenvolvimento das indústrias a montante e a jusante à produção agrária
- Promover a estruturação dos mercados e o eficiente escoamento dos produtos
- Coordenar políticas e criar sinergias com outros sectores para o Desenvolvimento do Sector Agrário

Formular, conduzir e supervisionar as políticas, programas e projectos agropecuários e florestais com vista ao desenvolvimento de um sector capaz de garantir a segurança alimentar e contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país

3 Supervisionar

- Controlar a implementação da política nacional no domínio da agricultura, pecuária e florestas
- Monitorar a execução dos programas e projectos ligados e relacionados com o Sector
- Fiscalizar da produção agrária
- Acompanhar o processo de aprovisionamento, tratamento, processamento e comercialização dos produtos agropecuários e florestais
- Acompanhar a implementação de políticas transversais à outros sectores

3.2 Visão para os Próximos 10 anos

Ser uma instituição eficiente, competente e preponderante, capaz de tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido, com vista ao alcance da segurança alimentar, e contribuir significativamente para crescimento económico e desenvolvimento social do país.

PILARES DA VISÃO

Ser uma instituição eficiente, competente e preponderante,

Eficiente

- Dinamismo/rapidez na execução das suas atribuições.
- Proactividade na identificação e implementação de acções para melhorar o desempenho do Sector.
- Coordenação exitosa de políticas e acções com outros órgãos governamentais em prol do desenvolvimento do Sector Agrário.
- Ter uma estrutura orgânica ágil, sem duplicação de atribuições e sem burocracia no exercício das suas atribuições.
- Criar um modelo de comunicação regular e directa entre gestores e técnicos, entre os técnicos, com os parceiros externos e grupos de interesse.

Competente

- Instituição dotada de capacidade técnica e científica.
- Instituição com quadros suficientes.
- Execução dos programas, projectos e actividades definidos nos prazos, limites orçamentais e padrões de qualidade expectáveis.
- Realização em pleno das suas atribuições

Preponderante

- Contribuição elevada no crescimento económico do país.
- Impulsionador do desenvolvimento rural do país.
- Garante da autossuficiência e segurança alimentar

Tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido

Produtivo

- Aumento significativo da produção agrária no país.
- Ser um Sector com relevância diferenciada no crescimento do produto interno bruto do país.

Competitivo

- Acesso seguro à terra.
- Amplo e regular acesso aos insumos e equipamentos, a custos concorrenciais e compensatórios.
- Baixos custos de produção, comparáveis aos dos países da região da SADC.
- Disponibilidade de recursos financeiros.
- Acesso à assistência técnica de qualidade e diferenciada.
- Aumento das exportações
- escoamento dos produtos ao mercado

Desenvolvido

- Adopção de sistemas de produção agrícola modernizados.
- Desenvolvimento da Agro-Indústria ao longo de toda a cadeia produtiva.
- Apoio adequado das infra-estruturas de suporte (Energia, Água e Transporte).

Alcançar a segurança alimentar e contribuir significativamente para crescimento económico e desenvolvimento social do país.

Segurança Alimentar

- Alcance da auto-suficiência alimentar nos principais produtos agrícolas da cesta básica, na produção de frangos e ovos, e na produção de carne de pequenos ruminantes.
- Participar da constituição da reserva alimentar do país.
- Alcance de segurança nutricional.
- Biosegurança e segurança biológica.

Desenvolvimento Económico

- Aumento da comparticipação do Sector Agrário do produto interno bruto do sector agrário
- Diversificação da economia
- Eliminação do défice da balança comercial agrícola
- Geração de emprego e desenvolvimento dos quadros nacionais
- Desenvolvimento do sector agrário (Empresarial)

Desenvolvimento Social

- Redução da fome
- Redução da extrema pobreza
- Aumento do rendimento das famílias rurais
- Desenvolvimento das comunidades rurais (estabilidade social e económica/renda)

3.3 Objetivos Estratégicos

Objectivos Estratégicos

Os Objectivos Estratégicos foram definidos, com base na visão, para gerar os resultados esperados para o sector

Pilares da Visão

Alcançar a segurança alimentar e contribuir significativamente para crescimento económico e desenvolvimento social do país.

Tornar o sector agrário produtivo, competitivo e desenvolvido,

Ser uma instituição eficiente, competente e preponderante.

Objectivo Estratégico

- 1 Satisfazer as necessidades alimentares da população
- 2 Aumentar o contributo do sector agrícola para o crescimento e diversificação da economia nacional
- 3 Satisfazer as necessidades dos produtores
- 4 Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país e para a exportação
- 5 Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial
- 6 Melhor a capacidade e infraestrutura produtiva do Sector Agrário
- 7 Garantir recursos financeiros para o desenvolvimento das actividades do Sector
- 8 Promover a gestão do risco visando a protecção das actividades agropecuárias e florestais
- 9 Atrair, reter, valorizar e desenvolver os quadros do Sector
- 10 Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intra e intersectorial
- 11 Modernizar os sistemas e tecnologias de informação

Resultados Esperados

Satisfação das expectativas da População, Governo e Agricultores

Desenvolvimento do sistema de produção e comercialização agrária assim como das infra-estruturas de apoio ao sector

Disponibilidade de recursos e seguro financeiro

Reforço da capacidade institucional

3.4 Objetivos Específicos

MAPA ESTRATÉGICO DO MINAGRI 2018-22

Os Objectivos Estratégicos, aqui detalhados por meio de **Objectivos Específicos**, são aqui apresentados neste **Mapa Estratégico**, para tornar explícito, por via da **relação causa - efeito**, o caminho para o alcance da Visão e do Ministério da Agricultura para o período 2018-22

Missão e Visão

Segurança alimentar e crescimento económico do país

Satisfazer as necessidades alimentares da população

Aumentar a oferta de produtos agropecuários e florestais para o consumo interno e para a exportação

Aumentar o contributo do sector agrícola para o crescimento e diversificação da economia nacional

Aumentar o contributo do sector agrário no Produto Interno Bruto e contribuir para a mudança da actual matriz económica do país

Eliminar o défice da balança comercial relacionada com os produtos agropecuários e florestais

Satisfação das Necessidades dos Produtores

Desenvolver o Sector Agrário empresarial e comercial

Fomentar o aumento da renda das famílias Agricultoras, Pecuárias e Silvicultoras

Tornar o sector agrícola produtivo, competitivo e desenvolvido

Expandir a produção agrícola para satisfação das necessidades internas e para a exportação

Aumentar a produção e a produtividade agrícola (Empresarial e Familiar)

Reduzir a importação de produtos agrários

Estimular a exportação e produtos agrários nacionais

Apoiar ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial

Promover a organização e estruturação do mercado interno para garantir o escoamento de produtos agrários nacionais

Garantir a subvenção, protecção e incentivos fiscais aos produtores nacionais

Melhorar o modelo de serviços de assistências aos produtores agrários nacionais

Melhoria da capacidade produtiva e infraestrutura de apoio a actividade do Sector Agrário

Garantir a segurança fundiária

Assegurar a disponibilidade de insumos e equipamento agrários

Promover a utilização e o tratamento adequada das terras agrárias, pastos, e das zonas florestais

Optimizar a gestão e provisão da água para a irrigação de terra agrárias e zonas de pasto

Melhorar as práticas de produção e gestão da actividade agropecuária a florestal

Intensificar a mecanização em todas as fases da produção agrícola e pecuária

Melhorar as infraestruturas de tratamento e conservação dos produtos agrários

Fomentar o desenvolvimento de indústrias de processamento de produtos

Desenvolver a rede logística para distribuição efectiva dos produtos

Garantir a implementação de medidas para protecção, sanidade agrária e inocuidade agroalimentar

Assegurar a disponibilidade de Infra-estruturas de suporte (rede eléctrica, telecomunicações e de transporte) nas regiões de produção agrícola

Ser uma instituição eficiente, competente e preponderante.

Atrair, reter, valorizar e desenvolver os quadros do Sector

Atrair, reter e valorizar os quadros no Sector

Melhorar a capacitação, qualificação e gestão da carreira dos quadros do Sector

Fomentar a investigação científica no sector agrário

Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intra e intersectorial

Desburocratizar e aperfeiçoar a organização, métodos e processos de trabalho

Melhorar a gestão dos programas de acção definidos

Intensificar a relação, diálogo e coordenação de acções inter-sectorial

Modernizar os SI e TI

Aprimorar o sistemas e tecnologia de informação do MINAGRI

Disponibilidade de Recursos Financeiros e Seguro Agrícola

Garantir de Recursos Financeiros

Assegurar recursos financeiros para o sector Agrário

Gestão de Risco

Fomentar a redução dos custos dos insumos, equipamentos e serviços no Sector

Promover políticas de mitigação dos riscos associados à produção agropecuária e florestal

3.5 Metas e Indicadores de Desempenho

Metas para o Período 2018 - 2022

Objectivo Estratégico	Indicador Chave de Desempenho	UN	2018	2019	2020	2021	2022	
Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país	Agricultura	Produção de Cereais	ton	3.162.727	3.570.727	4.030.551	4.550.807	5.138.749
		Produção de Leguminosas	ton	631.584	692-960	760.376	834.438	915.815
		Produção de Oleaginosas	ton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Produção de Raízes e Tubérculos	ton	11.169.633	12.082.722	12.857.404	13.701.767	14.625.299
		Produção de Hortícolas	ton	1.937.852	2.001.269	2.066.855	2.134.688	2.204.849
		Produção de Frutas	ton	5.962.619	6.393.314	6.857.466	7.357.901	7.897.703
		Produção de Café e Palmar	ton	26.645	29.581	32.840	36.459	40.477
	Pecuária	Evolução do Efectivo Bovino	cab	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Evolução do Efectivo Ovino	cab	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Evolução do Efectivo Caprino	cab	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Evolução do Efectivo Suíno	cab	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Evolução das Aves	n.º	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Produção de Carne Bovina	ton	66.362	72.335	78.845	85.941	93.676
		Produção de Carne Ovina	ton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Produção de Carne Caprina	ton	171.582	180.161	189.169	198.627	208.588
		Produção de Carne Suína	ton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
		Produção de Carne de Aves	ton	42.890	52.560	64.409	78.930	96.724
		Produção de Ovos	un	767.000.000	905.060.000	1.067.970.800	1.260.205.544	1.487.042.542
		Produção de Leite	Mil l	5.200	6.927	9.228	12.292	16.375

Metas para o Período 2018 - 2022

Objetivo Estratégico	Indicador Chave de Desempenho	UN	2018	2019	2020	2021	2022	
Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país	Sivicultura	Madeira	m ³	464.600	469.246	473.938	478.678	483.465
		Lenha	ton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
		Carvão	ton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
		Celulose	ton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
		Óleos	ton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
		Essências	ton	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx
		Resinas	ton	xxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
		Borracha	ton	xxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
		Mel	ton	xxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxx	xxxxxx
Apoiar o desenvolvimento sustentável do sector agrário familiar e empresarial	Mercado de Abastecimento Grossista p/Região	n.º	1	2	4	6	8	
	Colocação de Produtos Nacionais no Mercado	%	40	60	80	100	100	
	Taxa de subvenção do gasóleo	%	20	20	20	20	20	
	Imposto de Consumo para Produtos Nacionais	%	5	5	5	5	5	
	Imposto Industrial Aplicável aos Agro-Pecuários	%	20	20	20	20	20	
	Disponibilidade de Extensionistas no Campo	n/EA	2	2	2	2	2	
	Adopção Tecnológica na Exploração Familiar	%	20	40	60	80	100	

Indicadores Chave de Desempenho o Período 2018 - 2022

Objectivo Estratégico	Indicador Chave de Desempenho	UN	2018	2019	2020	2021	2022
Satisfazer as necessidades da população e dos outros consumidores	Índice de Segurança Alimentar	%	25	50	75	100	120
	Índice de Satisfação da Necessidade de Produtos Florestais	%	25	30	35	40	50
Aumentar o contributo do sector agrário no crescimento económico e desenvolvimento social	Participação do Sector Agrário no PIB Nacional	%	10	15	20	25	30
	Balança Comercial Agrária	\$M	<-100	<-50	>0	>0	>0
	Renda per Capita das Famílias Agrárias	\$/d	>1.2	>1.5	>1.8	>2	>2
	Índice Global de Fome	%	30	26	22	18	15
Satisfazer as necessidades de desenvolvimento dos produtores	Contributo do Sector Empresarial na Produção Agrária Nacional	%	25	50	75	100	100
	Renda per Capita das Famílias Agrárias	\$/d	>1.2	>1.2	>1.2	>1.2	>1.2
	Participação do Sector de Serviços Complementares	%	20	35	50	65	80

Indicadores Chave de Desempenho para o Período 2018 - 2022

Objetivo Estratégico	Indicador Chave de Desempenho	UN	2018	2019	2020	2021	2022
Melhor a capacidade e infraestrutura produtiva do sector agrário	Proporção de Famílias com Título de Terra	%	30	50	75	100	100
	Disponibilidade de Sementes	Mton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Disponibilidade de Fertilizantes	Mton	5.800	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Disponibilidade de Fungicidas	Mton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Disponibilidade de Herbicidas	Mton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Disponibilidade de Insecticidas	Mton	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Disponibilidade de Tractores	n/ha	5	8	11	15	20
	Disponibilidade de Semeadeiras	n/ha	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Disponibilidade de Pulverizadores	n/ha	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Disponibilidade de Colheitadeiras	n/ha	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxxx
	Proporção de Solos Corrigidos	%	50	75	100	100	100
	Proporção de Terra Tratada Mecanicamente	%	50	75	100	100	100
	Proporção de Terras Irrigadas	%	25	50	75	100	100
	Produtividade do Solos	%	>75	>75	>75	>75	>75
	Índice de Utilização de Equipamento Mecânico	%	25	50	75	100	100
	Capacidade de Armazenamento em Silos	%	25	50	75	100	100
	Capacidade de Armazenamento em Frio	%	25	50	75	100	100
	Processamento de Produtos Agrários	%	25	25	50	75	100
	Disponibilidade das Vias de Acesso ao Mercado	n.º	1	1	1	1	1
	Entreposto e Transportador Regional	n.º	1	1	1	1	1
Grau de Transferência da Produção do Campo	%	>80	>80	>80	>80	>80	
Incidência de Doenças/Pestes/Pragas	%	<30	<20	<15	<10	<5	

Indicadores Chave de Desempenho para o Período 2018 - 2022

Objectivo Estratégico	Indicador Chave de Desempenho	UN	2018	2019	2020	2021	2022
Garantir recursos financeiros para o desenvolvimento das actividades	Crédito Bancário para o Sector agrícolaAgrícola	%	>30	>30	>30	>30	>30
	Linha de Financiamento Disponíveis	n.º	=>4	=>4	=>4	=>4	=>4
	Dotação Orçamental para o Sector Agrícola	%	=>10	=>15	=>20	=>25	=>30
Promover a gestão do risco com vista a protecção das actividades agrárias	Cobertura de Seguro Agrário	%	75	100	100	100	100

Indicadores Chave de Desempenho para o Período 2018 - 2022

Objectivo Estratégico	Indicador Chave de Desempenho	UN	2018	2019	2020	2021	2022
Captar, desenvolver, valorizar e reter os quadros	Recrutamento Anual de Técnicos p/ o MINAGRI	n.º	15	15	15	15	15
	Execução da Política de Formação Sectorial	%	100	100	100	100	100
	Índice de Paridade Salarial com Outros Sectores	%	100	100	100	100	100
	Disponibilidade de Competências Críticas	%	>75	>75	>75	>75	>75
	Número de PHDs no Sector Agrário	n.º	25	50	75	150	200
	Grau de Cobertura das Pesquisas	%	100	100	100	100	100
	Índice de Clima Organizacional	%	>75	>75	>75	>75	>75
Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intersectorial	Índice de comunicação interna no MINAGRI	%	>75	100	100	100	100
	Índice de Agilidade da Organização	%	>50	>75	100	100	100
	Cumprimento dos Prazos dos Programas	%	90	90	90	90	90
	Execução dos Orçamentos	%	>95	>95	>95	>95	>95
	Qualidade de Execução dos Trabalhos	%	<99	<99	<99	<99	<99
	Índice de Cooperação Sectorial	%	100	100	100	100	100
Modernizar os sistemas e tecnologias de informação	Disponibilidade da Rede Interna	%	100	100	100	100	100
	Disponibilidade de Sistema Integrado de Gestão	%	100	100	100	100	100
	Disponibilidade de Sistema Estatístico	%	100	100	100	100	100

4. Plano de Execução da Política de Desenvolvimento do do Sector

4.1 Programa de Acção

Metodologia para a definição dos Programas

A definição de um número reduzido de Programas de Acção teve como base a análise do período passado em que, após a definição de programas, o Sector viu ajustado o número de Programas pelo MINPLAN, de 19 para 11 (PND) por intermédio da aglotinação, em função da natureza e dos objectivos de cada Programa.

A execução dos Programas ocorrerá meio de sub-programas e projectos, sob responsabilidade dos diferentes serviços do MINAGRI (Institutos), cabendo às Direcções – DNAP, DNF e DNHER – o acompanhamento e controlo de execução, sob a coordenação geral do GEPE.



Benefícios, Riscos e Acções de Mitigação Resultantes da Adopção desta Metodologia⁹²

A adopção da metodologia de agregação de Programas com objectivos e propósitos semelhantes trará benefícios significantes à Instituição; no entanto, acarreta, igualmente, alguns riscos que terão de ser continuamente geridos e monitorizados.

Benefícios

- ❑ Menor probabilidade do Ministério do Planeamento reduzir por iniciativa própria, o número de programas.
- ❑ Maior probabilidade de todos os programas e respectivos projectos serem orçamentados
- ❑ Maior foco e responsabilização na execução dos programas
- ❑ Maior coordenação, a nível superior, dos recursos materiais, humanos e financeiros engajados nos programas
- ❑ Maior facilidade de acompanhamento e monitorização

Riscos

- ❑ Algumas Direcções e órgãos tutelados poderão deixar de ser responsáveis na totalidade por determinados programas, o que encerra alguns desafios de aceitação.
- ❑ A sub-alocação de recursos aos projectos, inicialmente, atribuídos à um único programa, requer maior coordenação e gestão financeira dos Programas (GEPE), de execução (institutos) e controlo e (direcções).

Acções de Mitigação

- ❑ Intervenção da Direcção do Ministério na definição clara de responsabilidade de execução dos Subprogramas e Projectos e de alocação de recursos materiais, humanos e financeiros.
- ❑ Atribuição clara das responsabilidade de execução e acompanhamento ao nível dos órgãos de direcção e de execução – Direcções e Institutos
- ❑ Forte intervenção GEPE, como órgão de coordenação de execução das políticas do Sector, na alocação dos recursos financeiros aos Sub-programas e Projectos.
- ❑ Efectivação do PMO para apoio a gestão dos programas e projectos.

4.1.1 Objectivos e Programas de Acção

PROGRAMAS E SUB-PROGRAMAS

PROGRAMA

SUB-PROGRAMA

1 Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar

Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural
 Programa de Preparação de Terras
 Programa de Apoio a Comercialização Rural
 Programa de Introdução de Motomecanização e Microtractores

2 Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial

Programa de Produção de sementes
 Programa de Desenvolvimento do Café, Palmar e Cacau
 Programa do Algodão
 Programa de Desenvolvimento de Culturas Industriais

3 Programa de Fomento Animal e Produção de Carnes, Ovos e Leite

Programa de Apoio e Fomento a Produção Animal
 Programa de Aves e Ovos
 Programa de Produção de Leite
 Programa de Desenvolvimento do Planalto de Camabatela

4 Programa de Gestão Sustentável dos Recursos Florestais

Programa de Exploração e Gestão Florestal
 Programa de Combate à Desertificação
 Programa de Produção de Mel

PROGRAMAS E SUB-PROGRAMAS

PROGRAMA	SUB-PROGRAMA
5 Programa de Fomento à Actividade Agrícola	Apoio à Campanha Agrícola Programa de Fomento ao Crédito e ao Seguro Agrícola Agrícola
6 Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional	Programa Nacional de Segurança Alimentar
7 Programa de Gestão Fundiária / de Terras Agrárias	Programa de Gestão Fundiária / de Terras Agrárias
8 Programa de Construção e Reabilitação de Infraestruturas Productivas e de Conservação Agrícolas	Promoção de Polos Agro-Industriais Reabilitação e Construção de Infraestruturas de Apoio ao Regadio Programa de Gestão dos Perímetros Irrigados
9 Programa de Sanidade Animal e Saúde Pública Veterinária	Programa de Combate à Raiva Programa de Vacinação Animal
10 Programa de Sanidade Vegetal	Programa de Sanidade Vegetal

PROGRAMAS E SUB-PROGRAMAS

PROGRAMA

SUB-PROGRAMA

11

Programa de Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico

Programa de Reestruturação do Sistema de Investigação

Programa de Investigação Agrária

12

Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRI

Implementação do Programa de Gestão de Projectos - PMO

Programa de Modernização Administrativa e de Gestão de Informação do MINAGRI

Programa de Gestão de Recursos Humanos

13

Programa Nacional de Estatísticas Agrícolas

Implementação do Sistema Nacional de Estatísticas Agrárias

Criação da Base de Dados dos Produtores e Empresários Agrícolas

Programas de Acção para o Alcance dos Objectivos

Os Programas de Acção foram definidos com vista realizar os objectivos estratégicos e específicos, previamente definidos.

Os Programas de Acção indicados nos quadros abaixo visam, fundamentalmente, o desenvolvimento do sistema de produção e de comercialização agrária assim como das infraestruturas de apoio ao sector agrário, para a satisfação das necessidades da população (consumidores), produtores agrários e do governo.

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Programa de Acção
Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país e para a exportação	Aumentar a produtividade e a produção das explorações agrícolas familiares e empresariais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar 2. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial 3. Programa de Fomento Animal e Produção de Carnes, Ovos e Leite 4. Programa Gestão Sustentável dos Recursos Florestais
	Reduzir a importação de produtos agropecuários	
	Estimular a exportação de produtos agropecuários e florestais	
Apoiar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e empresarial	Melhorar o modelo de serviços de assistências aos produtores agrários nacionais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar 5. Programa de Fomento à Actividade Agrícola 6. Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
	Promover a organização e estruturação do mercado interno para garantir o escoamento de produtos agrários nacionais	
	Garantir a subvenção, protecção e incentivos fiscais aos produtores nacionais	

Programas de Acção para o Alcance dos Objectivos

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Programa de Acção
Melhor a capacidade e infraestrutura produtiva do Sector Agrário	Garantir a segurança fundiária	7. Programa de Gestão Fundiária / de Terras Agrárias 8. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestruturas Produtivas e de Conservação Agrícolas 9. Programa de Sanidade Animal e Saúde Pública Veterinária 10. Programa de Sanidade Vegetal
	Assegurar a disponibilidade de insumos e equipamento agrários	
	Promover a utilização e o tratamento adequada das terras agrárias, pastos, e das zonas florestais	
	Optimizar a gestão e provisão da água para a irrigação de terra agrárias e zonas de pasto	
	Melhorar as práticas de produção e gestão da actividade agropecuária a florestal	
	Intensificar a mecanização em todas as fases da produção agrícola e pecuária	
	Melhorar as infraestruturas de conservação e dos produtos agrícolas	
	Fomentar o desenvolvimento de indústrias de processamento de produtos	
	Desenvolver a rede logística para distribuição efectiva dos produtos	
	Garantir a implementação de medidas para protecção, sanidade e inocuidade agroalimentar	
Assegurar a disponibilidade de Infra-estruturas de suporte – rede eléctrica, telecomunicações e de transporte, etc – nas regiões de produção		

Programas de Acção para o Alcance dos Objectivos

Com os Programas de Acção indicados no quadro abaixo, perspectiva-se, de modo global, o reforço da capacidade institucional.

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Programa de Acção
Atrair, reter, valorizar e desenvolver os quadros do Sector	Atrair, reter e valorizar os quadros do Sector	11. Programa de Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico 12. Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRI
	Melhorar a capacitação, qualificação e gestão da carreira dos RH do sector	
	Fomentar a investigação científica no sector agrário e florestal	
Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intra e intersectorial	Aperfeiçoar a organização, métodos e procedimentos de	12. Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRI
	Melhorar a gestão dos Programas de Acção e as iniciativas de projectos de suporte aos Programs	
	Intensificar a relação, diálogo e coordenação de acções dentro do sector e com outros sectores	
Modernizar os sistemas e tecnologias de informação	Aprimorar o sistemas e tecnologia de informação do MINAGRI para dar resposta as necessidades do Sector	12. Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRI 13. Programa Nacional de Estatísticas Agrícolas
	Criar uma base de dados georeferenciada dos produtores e prestadores de serviços do Sector	

Programas de Acção para o Alcance dos Objectivos

Os Programas de Acção nesta secção, tem como Objectivo, a garantia da disponibilidade de recursos financeiro e da cobertura do risco para o exercício das actividades agropecuárias e florestais do país.

Objectivo Estratégico	Objectivo Específico	Areas Executoras
Garantir Recursos Financeiros para o Desenvolvimento das Actividades do Sector	Assegurar recursos financeiros para as acções de fomento e de financiamento ao Sector Agrário	5. Programa de Fomento à Actividade Agrícola
	Promover a redução dos custos dos insumos, meios e equipamentos agrícolas	
Promover a Gestão do Risco Visando a Protecção das Actividades Agropecuárias e Florestais	Promover políticas de mitigação do risco associado a produção agrícola	5. Programa de Fomento à Actividade Agrícola

Análise da Suficiência dos Programas

Programa de Acção

Expandir a produção agrária para satisfação das necessidades do país

Aumentar a produção e a produtividade agrícolas familiares e empresariais

Reduzir a importação de produtos agrários

Estimular a exportação e produtos agrários nacionais

Apoiar o desenvolvimento sustentável do sector agrário familiar e empresarial

Promover a organização e estruturação do mercado interno

Garantir a subvenção e incentivos fiscais aos produtores nacionais

Melhorar o modelo de serviços de assistências aos produtores

1. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar



2. Programa de Desenvolvimento da Agricultura Comercial



3. Fomento à Produção Animal e Produção de Carnes, Ovos e Leite



4. Programa de Relanç. da Fileira da Madeira e Produtos Não Lenhosos



5. Programa de Fomento à Actividade



6. Programa Nacional de Segurança



Análise da Suficiência dos Programas

Programa de Acção

Melhorar a Capacidade Produtiva no Sector Agrário										
	Garantir a segurança fundiária	Assegurar disponibilidade de insumos e equipamento agrícola	Promover tratamento e utilização adequada das terras agrárias	Optimizar a gestão e provisão da água para a irrigação de terras	Melhorar as práticas de gestão das culturas, do efectivo animal e espécies florestais	Intensificar mecanização de todas as fases da produção agrícola	Melhorar infraestruturas de conservação dos produtos agrícolas	Fomentar desenvolvimento de indústrias de processamento de produtos agrícola	Desenvolver a rede logística p/ distribuição efectiva dos produtos agrícolas	Garantir a implementação de medidas para protecção, sanidade agrícola
7. Programa de Gestão Fundiária / de Terras Agrárias	●									
8. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestruturas Produtivas e de Conservação Agrícolas		●				●	●	●	●	
9. Programa de Sanidade Animal e Saúde Pública Veterinária			●		●	●				
10. Programa de Sanidade Vegetal				●						

Análise da Suficiência dos Programas

Programa de Acção

	Desenvolvimento e Retenção das Competências Técnicas			Melhorar o modelo de gestão interno e coordenação intra e intersectorial			Melhoria dos SI e TI
	Atrair, reter e valorizar os quadros	Melhorar a capacitação, qualificação e gestão da carreira dos quadros do sector	Fomentar a investigação científica no sector agrícola	Desburocratizar e aperfeiçoar a organização, métodos e processos	Melhorar a gestão dos programas de acção definidos	Intensificar a relação, diálogo e coordenação de acções intersectorial	Aprimorar o sistemas e tecnologia de informação
11. Programa de Investigação Agrária e Desenv. Tecnológico			●				
12. Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRI	●	●		●	●	●	●
13. Programa Nacional de Estatísticas Agrícolas				●	●		●

Análise da Suficiência dos Programas

Programa de Acção

5. Programa de Fomento à Actividade Agrícola

Garantir recursos financeiros para o desenvolvimento das actividades	Promover a gestão do risco com vista a protecção das actividades agrárias
Assegurar recursos financeiros para as acções de fomento e de financiamento ao Sector Agrário	Promover a redução dos custos dos insumos, meios e equipamentos agrícolas
●	●
Promover políticas de mitigação do risco associado a produção agrícola	
●	

4.1.2 Descrição dos Programas de Acção

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

1. Programa de Fomento da Produção Familiar

Área Responsável

DNAP/IDA

Áreas Executoras

IDA

Objectivo Estratégico Relacionado

- Aumentar a produção e a produtividade agrária empresarial e familiar
- Reduzir a importação de produtos agrários
- Estimular a exportação e produtos agrários nacionais

Início 2017

Investimento N/D

Fim 2022

Retorno N/D

Descrição do Programa

Este programa visa orientar as acções da exploração agrícola familiar no sentido de se incrementar de forma e sustentável o aumento de rendimento dos agregados familiares. Assenta-se no desenvolvimento de esforços voltados ao fornecimento de factores de produção, desenvolvidos no quadro de uma estratégia estruturante, cujas acções são transversalmente fortalecidas com o apoio técnico oferecido aos produtores, permitindo-lhes integrar correctamente o uso dos factores de produção, e apoiar-lhes no processo de comercialização.

Resultados Esperados

- Aumento da capacidade produtiva do país; igualmente o aumento da produtividade e produção das famílias camponesas
- Criação de uma estrutura efectiva no terreno fundamental para o apoio da agricultura familiar
- Dinamização do Comércio Rural e circuitos básicos de comercialização
- Melhoria da qualidade de vida das populações rurais

Dependências

- 8. Programa de Gestão Fundiária/de Terras Agrárias
- 6. Programa de Fomento à Actividade Agrícola

Políticas/Medidas de Políticas Requeridas

- Quadro legal sobre a propriedade e uso eficiente da terra / sementes melhoradas
- Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas básicas
- Acesso ao Crédito/Financiamento
- Acesso aos insumos e equipamentos agrícolas, aos estímulos e incentivos fiscais
- Cooperação técnica e tecnológica
- Protecção aos pequenos agricultores

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

2. Programa de Fomento da Produção Comercial

Área Responsável

DNAP

Áreas Executoras

INCER, INCA, SENSE

Objectivo Estratégico Relacionado

- Aumentar a produção e a produtividade agrária (Empresarial e Familiar)
- Reduzir a importação de produtos agrários
- Estimular a exportação e produtos agrários nacionais

Início 2017

Investimento N/D

Fim 2022

Retorno N/D

Descrição do Programa

Este programa visa orientar as acções da exploração agrícola empresarial no sentido de se incrementar, substancialmente, os actuais níveis de produção agrícola do país por forma a cobrir a necessidade de produtos alimentares da população Angolana, gerar excedentes de produção para a exportação e reduzir, gradualmente, o recurso a importação, sobretudo, de produtos cultivados no país, nomeadamente, cereais, leguminosas, oleaginosas, hortícolas. Face ao padrão de consumo nacional e valor nutritivo dos produtos agrícolas, este programa irá, numa primeira fase, priorizar, as seguintes culturas alimentares: milho, sorgo, soja, arroz, mandioca, batata doce, feijão, hortícolas e amendoim. A materialização do programa será feita por via de políticas orientadoras, acções para incrementar o uso das terras aráveis, e apoio à programas de investimento específicos do sector.

Resultados Esperados

- Aumento da produtividade e produção de cereais, leguminosas, oleaginosas, hortícolas, raízes e tubérculos
- Redução da importações destes produtos
- Aumento da da terras

Dependências

- 6. Programas de Incentivos ao Sector Agrário
- 8. Programa de Gestão Fundiária/de Terras Agrárias
- 10. Programa Alargado de Mecanização Agrícola
- 22. Programa de Ampliação do Crédito/Financiamento ao Sector Agrário

Políticas/Medidas de Políticas Requeridas

- Quadro legal sobre a propriedade e uso eficiente da terra / sementes melhoradas
- Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas básicas
- Acesso ao Crédito/Financiamento
- Acesso aos insumos e equipamentos agrícolas Estímulos e incentivos fiscais
- Parcerias público privado eficazes
- Cooperação técnica e tecnológica
- Protecção aos pequenos agricultores

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

3. Programa de Fomento Animal e Produção de Carnes, Ovos e Leite

Área Responsável

DNAP

Áreas Executoras

ISV

Objectivo Estratégico Relacionado

- Aumentar a produção e a produtividade agrária (Empresarial e Familiar)
- Reduzir a importação de produtos agrários
- Estimular a exportação e produtos agrários nacionais

Início 2017

Investimento N/D

Fim 2022

Retorno N/D

Descrição do Programa

Este programa visa a implementação de políticas orientadoras, processos e infra-estruturas com vista ao aumento considerável dos actuais níveis de do efectivo animal, incremento dos níveis de produção de carne bovina, caprina/ovina e de aves assim como o aumento de outros produtos de pecuária, nomeadamente, leite e ovos.

Resultados Esperados

- Aumento do efectivo animal
- Aumento da produção de carne, ovo e leite
- Redução da importação de carne, ovo e leite
- Aumento da produtividade pecuária

Dependências

6. Programas de Incentivos ao Sector Agrário
8. Programa de Gestão Fundiária/de Terras Agrárias
12. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestrutura de Armazenamento e Conservação dos Produtos Agrários

Políticas/Medidas de Políticas Requeridas

- Quadro legal sobre inseminação animal/melhoria de raça
- Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas básicas
- Acesso ao Crédito/Financiamento
- Políticas de parcerias público privado
- Cooperação técnica e tecnológica

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

4. Programa Gestão Sustentável dos Recursos Florestais

Área Responsável

DNF

Áreas Executoras

IDF

Objectivo Estratégico Relacionado

- Aumentar a produção e a produtividade agrária
- Reduzir a importação de produtos agrários
- Estimular a exportação e produtos agrários nacionais

Início 2013

Investimento N/D

Fim 2022

Retorno N/D

Descrição do Programa

- Espera-se com este Programa incrementar de forma sustentável os níveis de extracção de madeira, lenha e carvão.
- Prevê-se, igualmente, activar a produção de produtos não madeireiros, nomeadamente, celulose resinas, óleos e borracha.
- Este programa visa ainda assegurar os devidos níveis de povoamento e repovoamento florestal com vista reverter as taxas de desflorestação crescentes assim como aumentar a superfície coberta por florestas densas tropicais de alta produtividade.

Resultados Esperados

- Aumento da produção de madeira e lenha
- Aumento da produção de mel e outros produtos florestais
- Aumento da superfície florestal, com foco, para a floresta densa tropical
- Incremento das exportações de madeira

Dependências

- 6. Programas de Incentivos ao Sector Agrário
- 8. Programa de Gestão Fundiária/de Terras Agrárias

Políticas/Medidas de Políticas Requeridas

- Quadro legal sobre povoamento e repovoamento florestal
- Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas básicas
- Incentivo/estímulo fiscal a produção de produtos não madeireiros
- Acesso ao Crédito/Financiamento
- Políticas de parcerias público privado

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

5. Programa de Fomento à Actividade Agrícola

Área Responsável

DNAP

Áreas Executoras

INCA, INCER

Objectivo Estratégico Relacionado

- Aumentar a produção e a produtividade agrária (Empresarial e Familiar)
- Reduzir a importação de produtos agrários
- Estimular a exportação e produtos agrários nacionais

Início	2018
--------	------

Investimento	N/D
--------------	-----

Fim	2022
-----	------

Retorno	N/D
---------	-----

Descrição do Programa

Este programa visa o aumento da produção interna, o fortalecimento da classe empresarial e a melhoria das condições de vida das comunidades rurais. Com efeito, a diversificação e articulação da produção com tecnologias de processamento, transformação, com mecanismos de apoio à comercialização, poderão produzir importantes resultados económicos e servir de alavancagem às dinâmicas de desenvolvimento económico assentes na produção de café e do palmar assim como o relançamento da cultura do cacau, do algodão e do sisal.

Resultados Esperados

- Aumento da produção e da exportação de café e palmar
- Arranque da produção de cacau
- Aumento da produção de algodão
- Redução do défice da balança comercial agrícola

Dependências

- 6. Programas de Incentivos ao Sector Agrário
- 9. Programa de industrialização dos inputs agrícolas
- 10. Programa Alargado de Mecanização Agrícola
- 15. Programa de Criação de infraestruturas para o desenvolvimento do sector
- 22. Programa de Ampliação do Crédito/Financiamento ao Sector Agrário

Políticas/Medidas de Política

- Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas básicas
- Incentivo/estímulo fiscal a exportação de café e palmar
- Acesso ao Crédito/Financiamento
- Políticas de parcerias público privado

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

6. Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Área Responsável

GSA

Áreas Executoras

GSA, IDA,

Objectivo Estratégico Relacionado

Promover a organização e estruturação do mercado interno para garantir o escoamento de produtos agrários nacionais

Início

2017

Investimento

N/D

Fim

2020

Retorno

N/D

Descrição do Programa

Resultados Esperados

- Aumento do volume de comercialização de produtos agrários nacionais
- Redução dos custos de colocação dos produtos nacionais no mercado
- Melhoria das condições nutritivas, de conservação e sanitárias produtos agrários nacionais
- Redução da importação de produtos agrários
- Redução do défice da balance comercial agrária

Dependências

12. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestrutura de Armazenamento e Conservação dos Produtos Agrários
13. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestrutura de Transformação de Produtos Agrários
14. Programa de Sanidade Vegetal, Animal e Saúde Pública Veterinária
15. Programa de Criação de infraestruturas para o desenvolvimento do sector

Políticas/Medidas de Política

- Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas básicas
- Programa nacional de construção de vias de acesso
- Políticas de comercialização nacional / desenvolvimento de mercados
- Política nacional de transporte de mercadorias

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

7. Programa de Gestão Fundiária / de Terras Agrárias

Área Responsável

GGTA

Áreas Executoras

GEPE, DNAP, DNF

Objectivo Estratégico Relacionado

Garantir a segurança fundiária

Início

2018

Investimento

N/D

Fim

2022

Retorno

N/D

Descrição do Programa

Este Programa visa, por um lado, conferir segurança fundiária às famílias agrárias, por via da efectiva aquisição do pleno direito de uso e transmissão da propriedade dos terrenos rurais do Estado para as mesmas, mediante a celebração de contratos de compra e venda dos terrenos onde exercem a actividade agrária. Por outro lado, pretende assegurar o devido cumprimento da aplicação da lei de terra, aplicando as sanções que esta impõe, por forma a garantir a efectiva utilização e produtividade das terras distribuídas para prática da actividade agrária. Para o efeito, este programa contempla o apuramento das parcelas de terra concedidas. As respectivas áreas e o grau de aproveitamento efectivo das mesmas.

Resultados Esperados

Utilização mais sustentável da terra
Aumento da produtividade
Aumento da produção agrária

Dependências

20. Programa Nacional de Coordenação Inter-Sectorial para a Segurança Alimentar

Políticas/Medida de Política

Implementação da Lei de Terras

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

8. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestruturas Productivas e de Conservação Agrícolas

Área Responsável

DNHER

Áreas Executoras

GEPE, Intitutos

Objectivo Estratégico Relacionado

- Melhorar as infraestruturas de abate e conservação dos produtos agrícolas

Início

2013

Investimento

N/D

Fim

2022

Retorno

N/D

Descrição do Programa

Este Programa tem como objectivo expandir as infra-estruturas nos seguintes domínios:

- Ampliar a capacidade de armazenamento em silos face as quantidades produzidas de cereais.
- Aumentar a capacidade agregada de conservação em frio de produtos agro-pecuários em função da produção e consumo nacional
- Reabilitar o funcionamento dos matadouros já construídos garantindo o funcionamento de acordo com a capacidade instalada e o devido fornecimento de energia eléctrica.

Resultados Esperados

- Melhoria da qualidade nutritiva e sanitária dos produtos agro-pecuários
- Aumento da comercialização de produtos agro-pecuários no mercado local
- Redução das importações
- Redução do défice da balança comercial
- Aumento da renda dos produtores agrícolas nacionais

Dependências

1. Programa de Fomento da Produção Agrícola
2. Programa de Fomento da Produção Pecuária
3. Programa de Fomento da Produção Florestal
15. Programa de Criação de infraestruturas para o desenvolvimento do sector
20. Programa Nacional de Coordenação Inter-Sectorial para a Segurança Alimentar

Políticas/Medida de Política

- Plano Nacional de Industrialização
- Aceleração do Investimento Público em infra-estruturas básicas
- Programa nacional de construção de vias de acesso
- Políticas de comercialização nacional / desenvolvimento de mercados
- Política nacional de transporte de mercadorias

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

9. Programa de Sanidade Animal e Saúde Pública Veterinária

Área Responsável

DNAP

Áreas Executoras

ISV, IIV

Objectivo Estratégico Relacionado

Garantir a implementação de medidas para protecção, sanidade agrária e inocuidade agroalimentar

Início

2013

Investimento

N/D

Fim

2022

Retorno

N/D

Descrição do Programa

–O programa destina-se, também, a implementação de um conjunto de medidas visando proteger o efectivo animal das doenças mais importantes, através da criação de condições que permitam o diagnóstico de doenças, tratamento e realização de campanhas de vacinação periódicas nas produções pecuárias e nos animais de estimação.

Resultados Esperados

Melhoria da qualidade sanitária e nutritiva dos produtos agrários
 Aumento da produção e produtividade
 Aumento da comercialização dos produtos nacionais no mercado local
 Redução das importações
 Redução do défice da balança comercial

Dependências

7. Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Extensão ao Sector Agrário
 12. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestrutura de Armazenamento e Conservação dos Produtos Agrários
 15. Programa de Criação de infraestruturas para o desenvolvimento do sector

Riscos

Aplicação das Normas Nacionais e Internacionais de Segurança Alimentar
 Aplicação do sistema nacional e das normas internacionais de qualidade (ISO 9000)

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

10. Programa de Sanidade Vegetal

Área Responsável

DNAP

Áreas Executoras

ISV, IIA

Objectivo Estratégico Relacionado

Garantir a implementação de medidas para protecção, sanidade agrária e inocuidade agroalimentar

Início

2013

Investimento

N/D

Fim

2022

Retorno

N/D

Descrição do Programa

–Este programa perspectiva a implementação de um conjunto de medidas visando proteger as culturas vegetais de pragas e doenças que podem vir a ter um impacto económico negativo, afectando assim o rendimento dos produtores nacionais. Para o efeito, prevê a implementação de medidas de controlo, contra a entrada, no país, de agentes causadores de doenças de outras origens, tais como o estabelecimento de postos de quarentena.

Resultados Esperados

Melhoria da qualidade sanitária e nutritiva dos produtos agrários
 Aumento da produção e produtividade
 Aumento da comercialização dos produtos nacionais no mercado local
 Redução das importações
 Redução do défice da balança comercial

Dependências

7. Programa de Desenvolvimento dos Serviços de Extensão ao Sector Agrário
 12. Programa de Construção e Reabilitação de Infraestrutura de Armazenamento e Conservação dos Produtos Agrários
 15. Programa de Criação de infraestruturas para o desenvolvimento do sector

Riscos

Aplicação das Normas Nacionais e Internacionais de Segurança Alimentar
 Aplicação do sistema nacional e das normas internacionais de qualidade (ISO 9000)

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

11. Programa de Investigação Agrária e Desenvolvimento Tecnológico

Área Responsável

Institutos de Investigação Agrária

Áreas Executoras

S.Ex. Ministro da Agricultura

Objectivo Estratégico Relacionado

Fomentar a investigação científica no sector agrário

Início 2013

Investimento N/D

Fim 2022

Retorno N/D

Descrição do Programa

- Este programa visa a implementação de um modelo de investigação agrária aplicada, consubstanciado na coordenação e ligação entre o objecto de investigação, os centros de investigação e as reais necessidades dos agentes agrários no meio rural.
- O Programa visa a instalação e/ou fortalecimento de centros de investigação, por fileiras, com condições laboratórios adequadas, com vista o incremento da pesquisa científica na área agrária, para dar resposta aos desafios específico do sector agrário nacional, tais como o do melhoramento de culturas, das raças animais, combate as pragas/pestes/doenças no país, melhoria do trato cultural, entre outras.
- Este programa visa, igualmente, uma melhor articulação entre estruturas de ensino, a investigação e o meio rural.
- Por último o programa perspectiva o fomento de cursos de pós-graduação e a integração de mais especialistas/PHDs nos Institutos de Investigação Agrária do país.

Resultados Esperados

Produção de Estudos de Pesquisa Aplicados as necessidades do meio rural em Angola

Dependências

- 16. Programa de Gestão do Capital Humano
- 20. Programa Nacional de Coordenação Inter-Sectorial para a Segurança Alimentar

Políticas / Medida de Política

- Coordenação com o Ministério da Educação e do Ensino Superior
- Coordenação com o Ministério da Ciência e Tecnologia

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

12. Programa de Reforço Estratégico e Operacional do MINAGRI

Área Responsável

GEPE

Áreas Executoras

SG, RH,

Objectivo Estratégico Relacionado

Desburocratizar e aperfeiçoar a organização, métodos e processos de trabalho

Início 2017

Investimento N/D

Fim 2018

Retorno N/D

Descrição do Programa

- Este programa visa a melhoria do processo de governança, do processo de tomada de decisão, do modelo de comunicação interno e dos processos gerais de trabalho, com vista tornar o MINAGRI mais célere na execução das actividades e na tomada de decisão.
- O programa prevê a criação de um centro específico para acompanhamento e divulgação continua da melhoria de processos quer de natureza institucional como sectorial
- Esta iniciativa visa a estruturação e implementação de um PMO (Project Management Office / Escritório de Gestão de Projectos), a nível do MINAGRI, para apoiar na planificação detalhada dos projectos, execução nos prazos, orçamento e padrões de qualidade expectáveis assim como a devida monitorização e ajustes dos projectos, em estrita obediência das boas práticas promovidas e difundidas pelo Instituto de Gestão de Projecto (PMI-PMBOK).

Resultados Esperados

Maior eficiência e eficácia na execução dos processos
Comunicação institucional efectiva
Tomada de decisão mais célere

Dependências

16. Programa de Gestão do Capital Humano

Políticas/Medida de Política

Modelo de Governança do MINAGRI

NOME DO PROGRAMA DE ACÇÃO

13. Programa Nacional de Estatísticas Agrícolas

Área Responsável

GEPE

Áreas Executoras

GTI, Institutos

Objectivo Estratégico Relacionado

Aprimorar o sistemas e tecnologia de informação do MINAGRI

Início 2017

Investimento N/D

Fim 2022

Retorno N/D

Descrição do Programa

No domínio dos sistemas de informação, o presente programa de acção tem como objectivo:

- A implementação de um sistema integrado, uma base de dados, ao nível do MINARI
- Implementação de um sistema de informação estatística a nível do sector agrário com vista a captação, tratamento e divulgação de informação adequada para a tomada de decisões
- Realização do senso agrário.

A nível das tecnologias de informação, o programa prevê-se o seguinte:

- Extensão e padronização da rede informática do MINAGRI
- Modernização da Infra-estrutura tecnológica do MINAGRI, nomeadamente, estações de trabalho, servidores, impressoras e fotocopiadoras, e gradualmente introduzir tecnologias que suportam o processo de "Agricultura inteligente"

Resultados Esperados

Maior disponibilidade de informação fiável para tomada de decisão
 Mais celeridade na execução e/ou tramitação da informação e processos administrativos
 Maior segurança dos dados

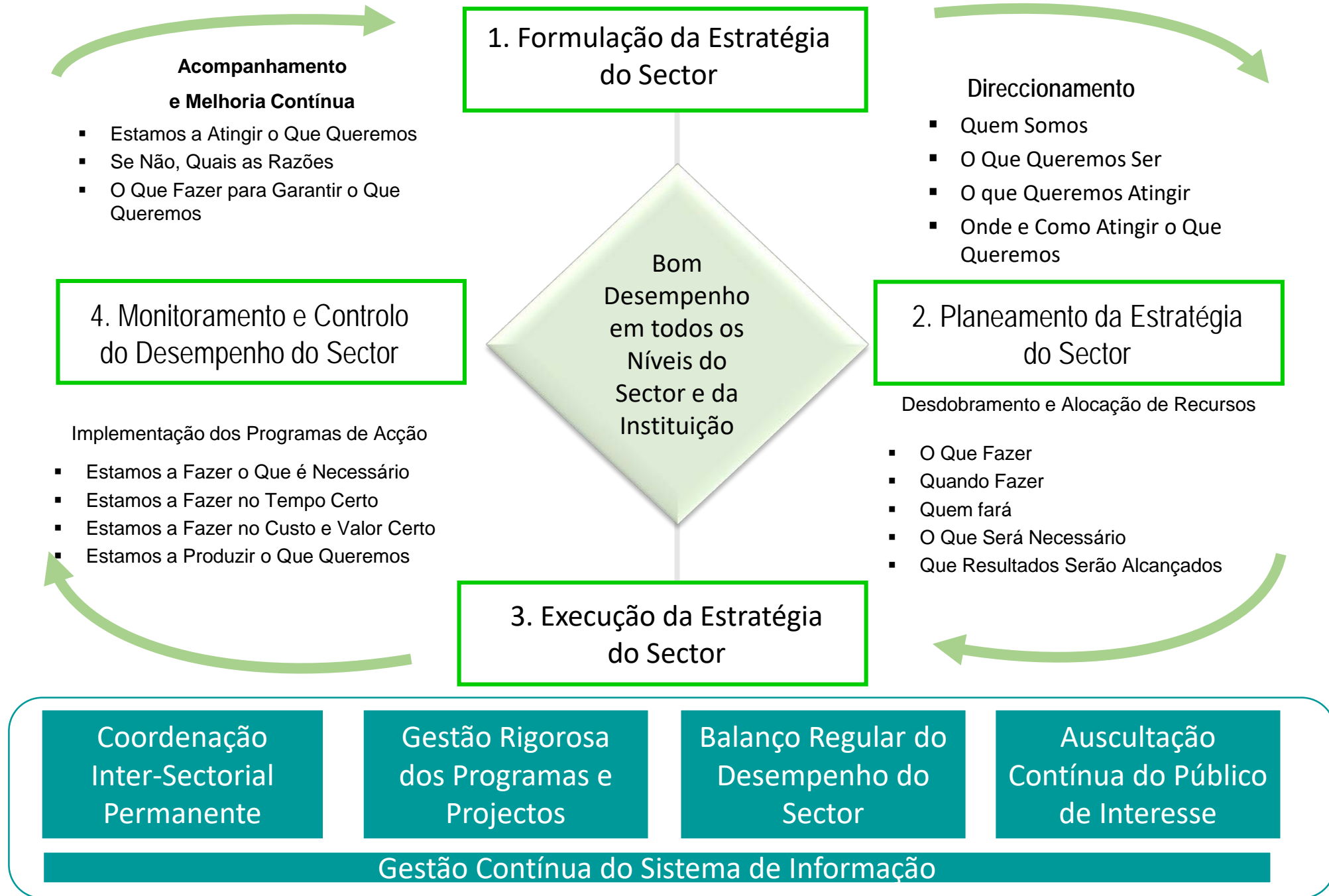
Dependências

Políticas/Medida de Política

Modelo de Governança do MINAGRI

4.2 Modelo de Gestão do PDMPSA

Modelo de Gestão do PDMPSA



5. Conclusão